

Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas

Henrique José Domiciano Amorim



**VALOR-TRABALHO
E IMATERIALIDADE DA
PRODUÇÃO NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS**

La Colección Becas de Investigación es el resultado de una iniciativa dirigida a la difusión de los trabajos que los investigadores de América Latina y el Caribe realizan con el apoyo del Programa Regional de Becas de CLACSO.

Este libro presenta la investigación que el autor realizó en el marco del concurso de proyectos para investigadores de consolidación académica sobre *Actualidad del pensamiento crítico de América Latina y el Caribe* organizado por el Programa Regional de Becas de CLACSO con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional, Asdi. Los contenidos de este libro han sido seleccionados y evaluados en un proceso de revisión por pares.

Amorim, Henrique José Domiciano
Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2012.
E-Book.

ISBN 978-987-1543-98-4

1. Ciencias Políticas. 2. Marxismo. I. Título
CDD 320.531 5

Otros descriptores asignados por la Biblioteca Virtual de CLACSO:
Economía política / Marx, Karl / Marxismo / Teoría del valor-trabajo / Trabajo / Capitalismo / Fuerza de trabajo / Subjetividad / Fuerzas productivas

COLECCIÓN BECAS DE INVESTIGACIÓN

**VALOR-TRABALHO
E IMATERIALIDADE DA
PRODUÇÃO NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS**

HENRIQUE JOSÉ DOMICIANO AMORIM



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Editor Responsable Emir Sader - Secretario Ejecutivo de CLACSO

Coordinador Académico Pablo Gentili - Secretario Ejecutivo Adjunto de CLACSO

Colección Becas de Investigación

Directora de la Colección Bettina Levy - Coordinadora del Programa Regional de Becas

Asistentes del Programa Natalia Gianatelli - Magdalena Rauch

Área de Producción Editorial y Contenidos Web de CLACSO

Responsable editorial Lucas Sablich

Director de Arte Marcelo Giardino

Arte de tapa Marcelo Giardino

Primera edición

Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas

(Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2012)

ISBN 978-987-1543-98-4

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4811 6588 | Fax [54 11] 4812 8459 | <clacso@clacso.edu.ar> | <www.clacso.org>

Patrocinado por la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional



No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO <www.biblioteca.clacso.edu.ar>

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

ÍNDICE

PRÓLOGO		9
INTRODUCCIÓN		11
I. AS TEORIAS MARXISTAS DO VALOR		13
II. A PRODUÇÃO IMATERIAL COMO OBJETO DE REORGANIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE O VALOR-TRABALHO		25
III. KARL MARX, O VALOR E O INDIVÍDUO SOCIAL		45
BIBLIOGRAFÍA		63

PRÓLOGO

ESTE LIBRO PRESENTA LA INVESTIGACIÓN REALIZADA durante el año 2008 y 2009 por Henrique José Domiciano Amorim en el marco del Concurso CLACSO-Asdi sobre “Actualidad del pensamiento crítico de América Latina y el Caribe” para investigadores de consolidación académica.

Esta iniciativa forma parte de un conjunto de actividades que el Programa Regional de Becas de CLACSO viene desarrollando con el objeto de fortalecer la producción académica latinoamericana y caribeña y promover la reflexión crítica sobre los grandes desafíos que enfrentan las sociedades de la región. En este sentido, este concurso forma parte de una serie de iniciativas desarrolladas para estimular un pensamiento social latinoamericano y caribeño capaz de capturar la singularidad histórica de las sociedades de la región y –en continuidad con una vasta tradición de trabajo intelectual, científico y académico– proyectar y estudiar la viabilidad de alternativas. En particular, esta convocatoria buscó dar cuenta de la capacidad actual de las ciencias sociales latinoamericanas para pensar la singularidad histórica de la región, recuperar y profundizar la tradición crítica del pensamiento latinoamericano y aportar nuevas categorías teóricas para pensar los problemas y desafíos actuales.

Queremos destacar que esta actividad no hubiera sido posible sin la confianza y el apoyo brindado por la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (Asdi), que auspició la organización de este concurso. Asimismo, dejamos constancia del valioso aporte realizado por los académicos que formaron parte de los Jurados que asumieron la tarea de evaluar y seleccionar los trabajos presentados: Norma Giarracca (Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Argentina), Fernando Martínez Heredia (Universidad de La Habana, Cuba) y Hugo Zemelman Merino (El Colegio de México). Agradecemos también a los directores de los Centros Miembros de CLACSO que respaldaron las presentaciones y facilitaron la tarea de los investigadores en sus respectivas instituciones.

Muy especialmente agradecemos a los investigadores ganadores del concurso por el aporte que hicieron al programa. En orden alfabético sus nombres son: Henrique José Amorim, Pablo Nicolás Barbetta, Alejandra De Gatica, Mariela Puga, Alexander Ruiz Silva y Yuri Fernando Torrez Rubin de Celis.

Programa Regional de Becas
Buenos Aires, agosto de 2011

INTRODUCCIÓN

OS ELEMENTOS CENTRAIS DA REESTRUTURAÇÃO produtiva iniciada nos anos setenta tiveram e ainda têm o objetivo duplo de, no momento em que aprofundam as bases de sua dominação e de valorização na produção de mercadorias, afetarem a organização política da classe trabalhadora. Essa reestruturação foi objeto de muitas e variadas interpretações. Fundamentalmente, o acentuado processo de transformação da produção foi considerado como um novo momento de reorganização da produção capitalista que alterou a dinâmica das relações sociais dentro e fora das empresas.

* Henrique José Domiciano Amorim é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/2006) com Doutorado Sanduíche na EHESS/Paris. Atualmente, é pós-doutor do Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp, tendo realizado estágio de pós-doutoramento na EHESS/Paris. Integra o Conselho Editorial da revista *Crítica Marxista*, da revista *Outubro* e da revista *Margem Esquerda*. Atua na área de Sociologia, com ênfase em sociologia do trabalho e teoria sociológica, pesquisando principalmente temas como trabalho, política, estratificação e classes sociais. No âmbito do Grupo de Pesquisa de Teoria das Classes Sociais, coordena a pesquisa intitulada: “Estratificação e Classes Sociais: Uma análise da produção bibliográfica nas Ciências Sociais brasileiras (1990-2008)”. Publicou, entre outros, os livros: *Trabalho Imaterial: Marx e o debate Contemporâneo* (Annablume, 2009); e *Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho* (EDUCS, 2006).

A exploração combinada da força de trabalho de tipo fordista com a do trabalhador “recomposto”, muito mais funcional e submetido ao novo padrão de acumulação garante um crescente aumento das taxas de mais-valia relativa. A pressão causada pelo aumento do desemprego influencia, assim, perversamente o trabalhador.

O fracionamento das categorias profissionais amplia, dessa forma, os limites de exploração da força de trabalho se comparada ao período taylor-fordista, permitindo que o capital ative vários dispositivos produtivos ou estatais para o aumento de sua lucratividade. Inesperadamente, é nesse contexto da reestruturação produtiva, da recomposição do domínio do capital, que as teses sobre o trabalho imaterial começam a ser formuladas. Em linhas gerais, o argumento central é o de que as novas formas de exploração do trabalho demandaram um novo tipo de trabalhador, cujos conteúdos comunicacionais, informativos, cognitivos, em geral, suas qualificações profissionais deslocariam sua subordinação, em relação ao capital, a um novo estágio político e social.

A emergência desse tipo de trabalho possibilitou às empresas capitalistas relegar e transferir o enfrentamento político entre as classes, dos sindicatos e partidos para dentro de suas portas. Configura-se, dessa forma, um quadro político no qual ao mesmo tempo em que o capital racionaliza seus objetivos, ao circunscrever a luta de classes em seus domínios, faz desse projeto uma reivindicação de cunho aparentemente trabalhista, projetando-o para o conjunto da sociedade.

Neste contexto, o trabalho imaterial é divulgado teoricamente como um trabalho “social”, mas que depende da qualificação individual; que se fundamenta na capacidade de reconhecimento da informação; que não pode ser restringido pelo capital, mas acaba por, mais uma vez, circunscrever-se à lógica de valorização do capital.

Partimos, aqui, da hipótese segundo a qual as teorias sobre o trabalho imaterial como força produtiva central são fruto de uma ruptura com uma interpretação particular sobre as transformações das forças de produção; uma leitura que está centrada no primado das forças produtivas.

Na primeira parte desse texto discutiremos as origens e as influências de David Ricardo e Adam Smith sobre Marx e anunciaremos, a partir do resgate de Marx, o debate contemporâneo em torno do trabalho imaterial. Na segunda, faremos uma exposição do trabalho imaterial como objeto analítico para a reconsideração da teoria do valor, para na terceira parte indicarmos elementos alternativos à interpretação dominante sobre a relação trabalho imaterial / teoria do valor.

I.

AS TEORIAS MARXISTAS DO VALOR

VALOR E TRABALHO: ESBOÇO DA CRÍTICA DE MARX A ADAM SMITH E A DAVID RICARDO

As diferenças entre a teoria do valor da Economia Política Clássica, a saber, de Adam Smith e de David Ricardo, com a de Karl Marx podem ser pensadas com base em uma hipótese: a teoria do valor de Marx ao contrário de tentar solucionar os problemas da Economia Política Clássica tem a intenção de caracterizá-los como problemas sem solução, na medida em que seus questionamentos, hipóteses e argumentações estão calcadas em uma problemática ao horizonte da lógica capitalista.

Marx parte da discussão desenvolvida pela Economia Política Clássica para caracterizar a sua forma de compreensão do que seria o valor. No entanto, seu raciocínio busca as causas das condições objetivas que são estruturadas na sociedade capitalista. Para Marx foi necessário criar uma nova problemática distinta daquela estruturada pela Economia Política Clássica, isto é, foi necessário perguntar-se sobre a constituição da sociedade capitalista, sobre a constituição histórica de certas relações de produção, sobre a particularidade dessas relações produtivas dentro da estrutura social.¹

¹ Segundo Belluzzo, quando discute as contribuições dos fisiocratas e da Economia Política Clássica, nos informa que “os avanços e as dificuldades da teoria ricardiana do valor não podem ser compreendidos senão no âmbito dos precedentes fisiocráticos

Nesse sentido, Marx procura criticar a abordagem da teoria do valor de Smith e Ricardo ao pensá-las como teorias naturalizadoras do real, como teorias que tratam a produção capitalista não como resultado de um processo histórico, mas como ponto de partida histórico (Marx, 1978: 26).

Essa concepção histórica do valor é chave para entendermos as diferenças entre a teoria do valor nos economistas clássicos e em Marx. Não obstante, faz-se necessário a exposição do valor do trabalho em Smith e Ricardo, sobretudo, com relação ao papel do trabalho comandado, no primeiro, e do trabalho contido, no segundo. Estas categorias de análise podem explicitar como Marx supera o terreno de uma explicação ora circular, ora acrítica, ao relacionar, por intermédio da “descoberta” do mais-valor, não mais trabalho acumulado (capital) a trabalho vivo, mas sim trabalho acumulado à força de trabalho, chegando, finalmente, à determinação de que o valor de troca conservaria três partes componentes: uma parte relativa à reposição dos meios de produção (capital constante), uma segunda parte relativa à compra de força de trabalho (capital variável) e, por fim, uma parte excedente, um valor adicional que não é somente valor de reposição da força de trabalho, mas também um mais-valor (uma mais-valia).

O VALOR PARA A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Duas proposições são fundamentais à Economia Política Clássica; são elas: a de que a sociedade capitalista se baseia em uma relação de troca e de que os valores de troca estão relacionados, de alguma forma, às quantidades de trabalho.

A questão central tanto para Smith quanto para Ricardo era determinar os preços. Com influência direta dos fisiocratas, a Economia Política Clássica voltou-se à caracterização dos preços, referindo-se, para isso, a distinção entre preços naturais e preços de mercado. Nesse sentido, foi necessário a Smith determinar, antes de tudo, o valor do trabalho, ou seja, aquilo que poderia determinar os preços das mercadorias.

Smith aponta, no Capítulo VI de *Riqueza das Nações*, para a questão do componente de formação dos preços como sendo oriundo do dispêndio de tempo de trabalho necessário para sua produção. No entanto, vai além disso e problematiza também que a constituição desse preço, dependendo do produto, deve levar em conta o grau de

e smithiano e, por isso mesmo, foi quem, através dos insuperáveis obstáculos que encontrou, denunciou com maior clareza as insuficiências desse paradigma. Enquanto Marx, de outra parte, [...] questionou, em bloco, a problemática de seus predecessores, entre os quais Ricardo é certamente o mais importante, e não se limitou a responder de maneira mais coerente as mesmas perguntas, mas formulou, ele próprio, um outro conjunto de questões” (Belluzzo, 1998: 37).

destreza e engenho do trabalhador. Para ele, “[...] a consideração que os homens têm por esses talentos levá-lo-á naturalmente a dar ao produto um valor superior ao que dariam tendo apenas em conta o tempo necessário para o produzir” (Smith, 1974: 47). Para Smith, em sociedades aonde não há acumulação de mercadorias, ou seja, num estágio primitivo da sociedade que precederia a acumulação e a troca de mercadorias “[...] a quantidade de trabalho normalmente empregue para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância passível de regular a quantidade de trabalho que ela pode comprar ou pela qual pode ser trocada” (*ibidem*: 47).

No entanto, quando Smith analisa o salário, observa que não há equivalência, mas sim uma diferença entre o custo do trabalho e o que é pago por ele. Nota que existe a constituição de um excedente, que não consegue explicar, mas que fundamenta a desigualdade dessa relação de troca.

Para Smith, o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode adquirir e que é decomposta em três componentes: os salários, a renda da terra e o lucro capitalista. Esta afirmação ganha validade com a teoria do “trabalho comandado” na qual repousa a idéia segundo a qual existe um possuidor que comanda o trabalho exatamente por possuir a mercadoria que ele troca pelo trabalho. Podemos afirmar, assim, que a teoria do valor de Smith parte da idéia de que os valores de troca são constitutivos de certa quantidade de trabalho e da quantidade de trabalho que as diversas mercadorias estão em condição de “dirigir”, de “por em movimento”.

A partir dessa designação, Smith pôde afirmar que tanto os salários, quanto o lucro capitalista estavam comandados na mercadoria, ou seja, de que seria possível identificar na mercadoria uma parte referente à reposição dos salários e uma destinada aos lucros.

Deve-se frisar que Smith consegue, ao indicar o trabalho comandado como expressão do salário, dos lucros e da renda da terra, observar a componente especificamente capitalista. Essa indicação faz com que Smith reconheça uma desigualdade na relação de troca entre capitalista e operário (Napoleoni, 1981: 17). Por conseguinte, o lucro para Smith viria de um desdobramento natural do desenvolvimento das sociedades. Primeiro, deve-se precisar que no momento da passagem de uma sociedade de caçadores (economia mercantil simples), para conservar o exemplo de Smith exposto no capítulo sobre as partes componentes do preço das mercadorias, para uma sociedade baseada na troca e na acumulação de mercadorias nas mãos de determinados indivíduos, faz-se necessário que estes indivíduos passem a empregar o acúmulo de mercadorias de que dispõe, com a finalidade de aumentar o capital investido, no

momento exato em que novas quantidades de trabalho são por ele comandadas (Smith, 1974: 48).

No mesmo momento em que Smith observa a dinâmica de apropriação do trabalho alheio ao afirmar que existiriam dois componentes no preço das mercadorias, quais sejam, salário e lucro, além da renda da terra, justifica o lucro por um critério de “responsabilidade”. Explico: com a sociedade capitalista instituir-se-iam naturalmente um grupo de investidores capitalistas que só podem investir, adiantar capital, se ao final do processo de produção, ao qual uma quantidade de capital foi adiantada, obtiverem um lucro. O capitalista por ter riscos quando de seu investimento deve ter uma compensação no final de determinado processo de produção. Tem-se, assim, uma justificativa de ordem moral para um processo que foi historicamente constituído.

Estas indicações de Smith, quanto à determinação de um sobretrabalho, têm um caráter inovador. As causas dessa estrutura produtiva, contudo, não são problematizadas e talvez seja por isso que Smith não tenha conseguido, quando perguntado sobre o que constituiria o trabalho comandado, dar uma resposta convincente.

A. Smith hesita no tocante à definição de valor de troca. Particularizando: ora confunde a determinação do valor das *mercadorias* pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria ou, o que dá no mesmo, com a determinação pela quantidade de mercadoria mediante a qual se pode comprar certa quantidade de trabalho vivo. Faz então do *valor de troca* a medida do valor das mercadorias. Na verdade faz do *salário* essa medida, pois o salário é igual à quantidade de mercadorias que pode ser comprada com determinada quantidade de trabalho vivo, ou igual à quantidade de trabalho que pode ser comprada com determinada quantidade de mercadorias. O valor do trabalho, ou antes, da força de trabalho, varia como o de qualquer outra mercadoria e em nada se distingue especificamente do valor das outras mercadorias. Faz-se aí do valor medida do valor e fundamento para explicá-lo: um círculo vicioso portanto. (Marx, 1980b: 49, ênfase próprio)

Smith não compreendeu claramente a medida do valor e as formas do excedente, mesmo que a partir deste último tenha observado um sobretrabalho como expressão de um trabalho não pago que fundamenta uma relação de troca desigual. Decerto, as observações de Smith quanto ao trabalho comandado são reelaboradas em Marx.

Respondendo a análise smithiana do valor como equivalente do trabalho comandado nas mercadorias, Ricardo vai do terreno da circulação, onde o valor era muitas vezes confundido com o valor de

troca, sobretudo, quando da explicação do trabalho comandado, para o terreno da produção (Napoleoni, 1981: 96).

Ricardo desenvolve o conceito de trabalho contido tentando re-fundar a explicação de Smith ao deslocar a constituição desse valor para o terreno da produção. Trabalho contido, nesse sentido, faz referência não apenas ao trabalho empregado diretamente na produção da própria mercadoria, mas também a todo trabalho necessário à produção dos meios de produção. Com isso, submete-se a lógica da produção de mercadorias às determinações históricas expressas no desenvolvimento específico das forças produtivas (*ibidem*: 16-17).

Para Ricardo, a quantidade de trabalho contido na mercadoria não pode ser confrontada com a quantidade de trabalho vivo. A troca real se verifica entre capital e a força de trabalho. Nesse sentido, Ricardo nos mostra que a lei geral da troca está presente na sociedade capitalista e de que o trabalho contido numa mercadoria (capital) deve ser relacionado ao trabalho contido na força de trabalho.

Pode-se, assim, entender a determinação do valor de troca. Ricardo combate Smith no momento em que observa a validade da lei geral da troca para a economia capitalista. No entanto, permanece preso a essa designação e não aproveita a idéia smithiana de que a força de trabalho dá origem a um trabalho vivo maior que o trabalho contido naquela mercadoria. Por isso, a questão do sobretrabalho não é discutida, isto é, Ricardo não fundamenta concretamente a presença de um excedente produtivo como lucro capitalista contido na mercadoria, ou seja, não qualifica a mercadoria força de trabalho como uma mercadoria particular no processo de produção capitalista.

Ricardo não conseguiu explicitar, nesse sentido, o valor do trabalho e por conseqüência o lucro que seria uma parte do valor geral de uma mercadoria, sobretudo porque estava preocupado com a medida do valor (Belluzzo, 1998: 46). Contudo, observou, a partir dessa afirmação, que o que se troca na sociedade são tempos de trabalho objetivados, o que fundamentaria toda a troca na sociedade capitalista. “Portanto, para Ricardo a lei do valor, medida pelo tempo de trabalho cristalizado nas mercadorias, preside, sem exceção, o processo de troca na sociedade capitalista” (Belluzzo, 1998: 47).

A TEORIA DO VALOR DE MARX OU A TEORIA DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

A cargo de Marx ficou a incumbência de refletir de maneira sintética a ligação entre o valor e as condições de produção (Ricardo), contudo, conservando a idéia de que a troca capitalista se fundamentaria em uma desigualdade imanente (Smith) e de um sobretrabalho como fruto dessa desigualdade.

Porém, o desenvolvimento de uma teoria econômica foi em Marx uma tentativa de superação das categorias econômicas clássicas. Marx partia, assim, do próprio questionamento da categoria trabalho que para os economistas aparecia de forma natural, isto é, era aceita, em seus moldes capitalistas, como fruto do desenvolvimento histórico dado. Há, assim, uma aceitação acrítica do trabalho que acaba por ocultar as formas de obtenção do lucro, organizadas com base na exploração da força de trabalho.

O problema estaria dado da seguinte forma. Deve-se explicitar o caráter mistificador da Economia Política, caráter este que está fundamentado em uma compreensão do trabalho naturalizada, caracterizado de forma ahistórica, compreendido em seu estado puro. Deve-se, contrariamente, perceber a sua forma histórica determinada, qual seja, a do trabalho assalariado.

Nesse sentido, caracterizar o trabalho em sua especificidade capitalista torna-se para Marx de fundamental importância. Assim, Marx mostra que para que determinados valores de troca se convertam em capital é necessário que haja um processo de acumulação e de multiplicação do capital em uma parte da sociedade através da troca pela força de trabalho (vivo) com outra parte da sociedade. Deve existir, assim, uma classe que possua apenas sua força de trabalho como condição histórica para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. O trabalho, nesse sentido, acumulado / passado não pode mais ser considerado meio para a realização do trabalho imediato, mas sim, o trabalho vivo é que se torna meio para a valorização do trabalho acumulado. Isso implica que o trabalho passado domina o trabalho presente.

O capital pressupõe: 1) que o trabalho, a “condição subjetiva” da produção, esteja separado das condições objetivas da própria produção, ou seja, tanto da terra quanto do conjunto de meios de produção e de meios de subsistência que constitui o trabalho acumulado, o trabalho passado; e, portanto, que exista uma classe que nada possui além de sua simples capacidade laborativa, ou “força de trabalho”; 2) que essas condições objetivas da produção sejam possuídas por uma outra classe, a qual, precisamente por isso, pode comprar aquela força de trabalho, com a única finalidade de obter –mediante o processo produtivo que assim se torna possível– a conservação e o aumento do valor de troca em sua posse. Tão-somente nessas condições é que os meios de produção e de subsistência são capital. E torna-se claro, então, que o capital –trazido à existência por essas condições sociais– implica em inversão da relação natural entre trabalho vivo e trabalho acumulado: não se trata do fato de que “o trabalho acumulado serve ao trabalho vivo como meio para uma nova produção” mas do fato de que “o trabalho vivo serve de meio ao trabalho acumulado para manter e aumentar o seu valor de troca”. (Napoleoni, 1981: 19)

Duas questões decorrem disso. A primeira é a distinção entre o trabalho e trabalho abstrato e a segunda se refere à distinção entre trabalho e força de trabalho. Da primeira distinção pressupõe-se que todo trabalho deve necessariamente ter um produto e de que sendo a forma de trabalho dominante nessa sociedade o trabalho abstrato, genérico, seu produto é também genérico, abstrato, ou seja, o que se produz é um valor. “Trabalho abstrato e valor são substancialmente a mesma coisa, vista uma vez como atividade e outra vez como resultado” (Napoleoni, 1981: 20).

Assim, a riqueza na sociedade capitalista está intrinsecamente ligada à produção de valores, que em um todo são expressões de um valor global. Os valores de troca são, assim, expressões concretas de trabalhos abstratos que ganham dimensão social no momento em que são trocados e podem sê-lo, pois são constituídos por um elemento comum que os faz equivalentes: o trabalho, ou melhor, as quantidades de trabalho nele contida. Não obstante, essa troca entre quantidades de trabalho é efetivada como trocas entre coisas, por isso, não se trocam trabalhos específicos de certos trabalhadores que podem ser identificados no processo de produção, mas sim valores de troca.

O processo de valorização dá-se, assim, pelo fato de que como coisa o homem torna-se apêndice do trabalho acumulado. A relação do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, é invertida. Se a relação do trabalho presente (que é “essência” do homem) tem uma relação invertida com o trabalho acumulado, com a coisa, pois é dominado pela coisa, então ele mesmo, o homem, está alienado de sua essência, não é mais sujeito do trabalho, mas sim predicado. Seu trabalho é exteriorizado e o homem passa a veículo da realização do trabalho acumulado que deve se valorizar.

O trabalho, convertido assim numa hipótese, é trabalho abstrato [...] o trabalho abstrato é evidentemente um trabalho privado de qualidades, precisamente porque a única fonte possível de tais qualidades seriam aquelas subjetividades que foram suprimidas; tem, por isso, uma simples dimensão quantitativa, cuja medida é o tempo. (Napoleoni, 1981: 20)

A diferença em Marx está em caracterizar a força de trabalho como uma mercadoria, como mercadoria por excelência da sociedade capitalista. A força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, tem um valor, um valor que é determinado pelo valor nela objetivado, ou seja, uma quantidade de trabalho que permite que ela mesma possa subsistir e se reproduzir enquanto valor de uso do capital, do processo de valorização. Não obstante, o que o capitalista compra é um valor de troca socialmente determinado, mas que não representa

o valor global daquela mercadoria. Compra-se força de trabalho e paga-se uma quantidade do trabalho explorado num determinado período de tempo. “O ponto fundamental que se deve ter presente é que o trabalho objetivado na força de trabalho, e que constitui seu valor, é algo inteiramente diverso do trabalho vivo que pode ser extraído daquela mesma força-de-trabalho; e todo o fundamento da produção capitalista reside no fato de que o capitalista pode extrair, de uma força-de-trabalho que tem um certo valor, mais trabalho do que o que está nela objetivado” (*ibidem*: 21-22), o que viria fundamentar uma teoria da mais-valia.

MARX E A NEGAÇÃO DA “BASE MISERÁVEL”: A RIQUEZA QUE SE AUTONOMIZA DO TRABALHO VIVO

Partindo da crítica da Economia Política Clássica, Marx vai contradizer o princípio de neutralidade da ciência positiva, que pretendia mostrar como as relações sociais capitalistas estruturavam-se objetivamente, bem como de que forma operavam. Isso porque tal prerrogativa científica naturalizava as determinações históricas do processo de produção e reprodução das relações sociais, submetendo toda a história à história das relações sociais capitalistas.

Assim, Marx não parte de uma categoria “valor” e sim da mercadoria, pois é o dado mais imediato da economia que está analisando. O objetivo central de Marx seria, então, o de problematizar a forma valor de troca com base na mercadoria, discutindo em que medida as formas do trabalho humano adquirem a forma valor. Sua pergunta central converge para como se move o valor (como ele se acumula) sob o regime do capital?

Deve-se frisar que a teoria do valor em Marx é uma teoria do valor abstrato, pois caracteriza supostamente a negação de sua base material, de sua base miserável. Assim, a constituição do valor para Marx deve ser relacionada à forma geral de como a sociedade capitalista se apresenta “sem reprodução ampliada do capital não há lucro *no sentido capitalista*, no sentido do processo de valorização contínua do capital” (Tavares 1998: 55, ênfase próprio).

Do ponto de vista da teoria do valor, em Marx, da valorização do capital, a relação fundamental é a compra e venda da força de trabalho, ou seja, a relação entre capital e trabalho. Marx não está preocupado com as quantidades de valores de uso imersos nos salários, mas sim com a relação entre trabalho e capital.

Ao descrever como o valor vai, a cada momento do processo de valorização, tomando formas distintas, Marx indica uma lógica de expansão do capital que tem o dinheiro como sua forma “pura”, dinheiro, por fim, criaria mais dinheiro. “O capital, é [...] ‘uma contradição

em processo', que tende 'lógica' e historicamente para o seu 'conceito', para a sua 'forma mais geral e aparente' que se afasta cada vez mais de sua 'origem', o valor-trabalho" (*ibidem*: 65).

A lógica da valorização tende, assim, a se distanciar de sua base produtiva, de sua essência. Não se trata, assim, de determinar quantidades de valor trabalho imersos na mercadoria, mas sim, de precisar a sua forma particular e geral ao mesmo tempo: o capital a juros, o capital como dinheiro.

Marx [...] formula que o capital revela-se plenamente como mercadoria somente quando funciona enquanto dinheiro como capital a juros. Se antes, ante o trabalho, mostrou a virtude oculta e misteriosa de engendrar valor só por ser valor, agora, como dinheiro, multiplicar-se-á, com relativa independência em face das demais mercadorias, em face do lucro da produção que elas contêm. A valorização fictícia torna-se real pela monetarização do lucro fictício. A circulação financeiro-monetária como instância da plena realização da dominação do capital. (Braga, 2000: 158)

Marx observa que a equação que expressa a valorização do capital D-M-D' dá lugar, "evolui", na ótica do capital, para D-D', isto é, dinheiro que se autovaloriza, que não precisa recorrer a sua base produtiva, lançando-se na circulação como dinheiro como capital.

O capital que caminhou historicamente sobre suas "pernas", duas "mercadorias especiais" –o trabalho e o dinheiro–, tende a negar progressivamente o valor de uma delas –o trabalho vivo– e a afirmar-se na outra –o dinheiro– só para verificar que este também se desvaloriza. (Tavares, 1998: 65)

Assim, a dinâmica capitalista não pode ser pensada com base em quantidades de trabalho e nem a partir de decisões quanto à oferta de quantidade de trabalho. A lógica de valorização deve ser pensada a partir das "avaliações sobre as magnitudes monetárias" (Braga, 2000: 163).

A determinação do processo de valorização do capital é formulada, assim, da seguinte maneira: capitais individuais devem comportar-se como capitais em geral para serem intercambiados socialmente, isto é, colocados em movimento, no movimento contraditório do capital.

Nesse processo de "transformação" de capitais individuais em capitais em geral tem-se uma autonomização, podemos dizer, da forma que o capital foi "criado" para a forma como ele se socializa.

A supressão da independência e da autonomia verifica-se, segundo Marx, nitidamente no crédito e de forma extrema no capital por ações. Não deve passar despercebido tampouco que nesta passagem está um

momento lógico importante da oposição entre livre concorrência e monopolização, sendo esta justamente acelerada pela centralização que o crédito e as sociedades por ações impulsionam. (Braga, 2000: 159)

O processo de autonomização do capital e de sua valorização financeira frente a sua base produtiva, dentro da relação contraditória capital / trabalho, indica a negação constante do trabalho vivo como fundamento lógico do sistema, sendo que o “limite”, o ponto limite dessa autonomização concretizar-se-ia na forma do capital fictício.

Nesse contexto, a intercompetição capitalista dinamiza essa autonomização ao ativar o progresso técnico, diminuindo o tempo socialmente necessário da produção, ou seja, obter uma mais-valia relativa maior depende e tem relação direta com o avanço e com a transformação das forças produtivas como motor que movimenta a intercompetição capitalista. Isto, finalmente, tem desdobramentos quanto à intensificação do trabalho, à ampliação da jornada de trabalho (mais valia absoluta) na jornada de trabalho já dada ou comprimindo-a com base na aceleração do ritmo da produção para a constituição de mais-valia relativa.

O caráter progressivo do capital tende a tornar as mercadorias livres do valor, mas não livres do dinheiro como capital. Ou seja, o desenvolvimento da forma valor como trabalho abstrato, que se mede a partir do tempo socialmente necessário, faz com que a relação entre capital constante e capital variável aumente, ou seja, faz com que a quantidade de trabalho necessário seja cada vez menos necessária (Tavares, 1998: 65).

O valor do estoque de capitais (trabalho morto-acumulado) já a disposição (ou seja, dinheiro como capital) faz valorizar essas mercadorias, ou seja, continua a determinar o preço das mercadorias. Mesmo no âmbito do capital industrial o trabalho morto, mais-valia acumulada é fonte de riqueza e não mais o trabalho vivo. Assim, o capital aparece como valor de uso da própria valorização.

Nesse sentido, o capital como dinheiro carrega uma particularidade própria ao modo de produção capitalista. O capital em sua forma dinheiro aparece, então, como forma específica das relações sociais capitalistas no momento em que a relação entre os investimentos e o lucro passa a margem de sua base material. Portanto, quando a mercadoria dinheiro aparece como capital a juros.

Os juros podem conceitualmente ser incorporados à dinâmica do capital. E a fórmula do dinheiro sintetizará à perfeição o movimento mistificado e mistificador do capital: [...] no capital dado a juros a circulação D-M-D' se apresenta sob uma forma concentrada, sem fase intermediária nem mediador [...] como D-D', ou seja, dinheiro,

que á ao mesmo tempo mais dinheiro, valor superior a seu próprio volume. (Braga, 2000: 158)

Porém, Marx não desenvolveu uma teoria dos preços. Esta, não obstante, não pode prescindir da análise da valorização do capital, sobretudo, para determinação do processo de valorização / desvalorização do capital quanto às condições de sua base técnica, da interconcorrência capitalista e da gestão monetária estatal e de sua relação com a gestão da riqueza privada.

II.

A PRODUÇÃO IMATERIAL COMO OBJETO DE REORGANIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE O VALOR-TRABALHO

A (RE)DESCOBERTA DA TEORIA DO VALOR

Ao longo do século XX muitas interpretações sobre a teoria do valor foram desenvolvidas.² Cada uma ao seu modo, críticas e reinterpretações, rechaços e incorporações à teoria do valor, desenvolvida por Marx, foram realizadas. Também durante o século XX um eco matemático perpassou as interpretações sobre o valor-trabalho, que pode ser resumido na seguinte questão: seria possível quantificar / calcular exatamente esse valor que é embutido e agregado às mercadorias antes de ser nelas transformado? Essa questão pressupõe a existência, na problemática teórica de Marx sobre o valor-trabalho, uma tentativa de determinação do valor como algo essencialmente calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível. No entanto, essa perspectiva não foi desenvolvida por Marx. O valor é concreto, pois é derivado de um “[...] dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.” (Marx, 1998: 51); mas só se torna mercadoria, intercambiável, na medida em que nega a utilidade do produto e a submete, como trabalho abstrato a uma relação entre quantidades de mercadorias produzidas num determinado espaço de tempo, em um

2 Sobre o tema, ver: Friedman, 1977; Kalecki, 1983; Keynes, 1983; La Grassa, 1975; Schumpeter, 1968; Rubin, 1980; Sweezy, 1973; entre outros.

momento histórico da luta de classes, no qual forças produtivas³ representam um momento da produção capitalista que, destaca-se, está em processo contínuo de transformação.

Nos últimos trinta anos, esse eco aritmético sobre o valor do trabalho tomou significativas proporções e, guardadas as devidas diferenças, possibilitou a crítica da lei geral de valorização do capital no sentido em que apontava a sua incompatibilidade com as novas formas de exploração do trabalho. O *quantum* de trabalho sugerido por Marx foi interpretado como sendo passível de uma quantificação aritmética.

O que foi caracterizado por Marx como uma relação de proporcionalidade entre horas necessárias à produção e quantidades de mercadorias produzidas acabou por ser reduzida a uma operação matemática que pleiteava um resultado numérico, pressupondo que a força de trabalho explorada (frise-se intelectual e fisicamente), em horas de trabalho, poderia ser transformada em “fatores de produção” de uma equação matemática. Pressupõe-se, dessa forma, que haveria no interior à teoria do valor de Marx a possibilidade do cálculo “contabilístico” do valor do trabalho em si e que esse cálculo não seria mais possível hoje devido a uma suposta predominância de trabalhos não-manuais como agentes da geração de mais-valia.

Com respeito à apropriação contabilista da teoria do valor, Michel Husson comenta que:

A idéia que o capital aproveita da faculdade de se apropriar dos progressos da ciência (ou do conhecimento) não é uma idéia nova, já que é um elemento fundamental de análise marxista do capitalismo. Pretender que se trate de uma descoberta recente e de uma real novidade faz retornar a uma compreensão estreita da teoria marxista do valor conduzida a um simples cálculo do tempo de trabalho. (Husson, 2002: 2)

No entanto, atribuir a Marx uma interpretação / reformulação da teoria do valor presente em Adam Smith e em David Ricardo, que configure e restrinja sua análise a um esquema objetivista da determinação das relações sociais que fundamentam a produção de tipo capitalista, seria reduzi-la a uma teoria economicista do capitalismo. Talvez seja este o grande problema das questões levantadas sobre a teoria do ima-

3 Como nos indica Bottomore (1984: 336), está presente em Marx a idéia: “[...] de que há uma contradição entre as forças e as relações de produção implícita na dinâmica do modo de produção capitalista. Em termos gerais, essa contradição explica a existência da história como sucessão de modos de produção, já que leva ao desmoronamento de um modo de produção e a sua substituição por outro. O par forças/relações de produção, em qualquer modo de produção, fundamenta os processos de toda a totalidade social, não somente os econômicos”.

terial. No entanto, parece-nos que a intenção primeira de Marx, para realizar a crítica da Economia Política Clássica, foi a de superar uma perspectiva naturalizadora e monetarista do capitalismo.⁴

As diferenças que informam a ruptura da teoria do valor da Economia Política Clássica com as de Marx podem ser pensadas com base em uma hipótese: a teoria do valor de Marx, ao contrário de tentar solucionar os problemas da Economia Política Clássica tem a intenção de caracterizá-los como problemas sem solução.⁵ Em virtude disso, Marx teve a necessidade de criar uma nova problemática distinta daquela criticada por ele, isto é, foi necessário perguntar-se sobre a constituição da sociedade capitalista; como são constituídas historicamente determinadas relações de produção e como estas são reproduzidas dentro de uma estrutura social específica.⁶ Dessa forma, a perspectiva de Marx pode preliminarmente ser sintetizada a partir da crítica da perspectiva clássica que tinha por finalidade explicar como se produz *na* sociedade capitalista e não como se produz *a* sociedade capitalista. A pergunta foi, assim, por Marx reformulada para que uma análise histórico-revolucionária sobre a constituição do valor pudesse ser estruturada.

4 Em *A Miséria da Filosofia*, Marx (1985) realizara três grandes projetos: 1) a crítica à religião; 2) a crítica à filosofia idealista de Hegel; e 3) um ajuste de contas com a Economia Política Clássica. Ao discutir questões como a emancipação política e a emancipação humana, dialoga com Hegel no sentido em que projeta como etapa necessária à emancipação política, ou seja, que o homem se emancipe no terreno político, não pensado apenas em função do Estado, mas também no terreno da estrutura produtiva e de sua ação concreta, ao transformar as relações de produção. Nesse sentido, Marx articula o terreno da imediatividade com o terreno das mudanças estruturais, isto é, o terreno da prática política *stricto sensu*, com o do movimento da estrutura edificada com base na relação contraditória entre forças produtivas e relações de produção. Nota-se esta perspectiva na célebre frase na qual o proletariado é exaltado como única classe que pode transformar em liberdade o que é hoje necessidade.

5 Ver Balibar, 1995; Benoit, 1996; Braga, 2000; Mazzucchelli, 1985; entre outros.

6 Segundo Belluzzo, Marx “[...] questionou, em bloco, a problemática de seus predecessores, entre os quais Ricardo é certamente o mais importante, e não se limitou a responder de maneira mais coerente às mesmas perguntas, mas formulou, ele próprio, um outro conjunto de questões” (Belluzzo, 1998: 37). Assim, Marx vai contradizer o princípio de neutralidade da ciência positiva, que pretendia mostrar como as relações sociais capitalistas estruturavam-se objetivamente, bem como de que forma operavam. Isso porque tal prerrogativa científica naturalizava as determinações históricas do processo de produção e reprodução das relações sociais, submetendo toda a história à história das relações sociais capitalistas. O objetivo central de Marx seria, então, o de problematizar a forma valor de troca com base na mercadoria, discutindo em que medida as formas do trabalho humano adquirem a forma valor (de troca). Sua pergunta central converge para: como se move o valor (como ele se acumula) sob o regime do capital?

Em outras palavras: tudo o que a economia política *pressupõe* deve, ao contrário, ser explicado [...]. A operação crítica de Marx consiste em investigar, antes de mais nada, a razão pela qual todas essas coisas existem, ou seja, qual é a característica essencial do processo *histórico* em ato que constitui a raiz comum de todas essas categorias, e, portanto, o fundamento daquele conjunto de relações que as constitui em sistema. Em suma, a pergunta não é: como é o capital?; mas sim: por que existe o capital? (Napoleoni, 1983: 15, ênfase do autor).

A preocupação de Marx –distinta da Economia Política Clássica– repousa em determinar as condicionantes históricas da produção de mercadorias na sociedade capitalista, ou seja, em caracterizar o modo de produzir, as relações sociais capitalistas de produção e as teorias que explicitam tais relações com base na constituição do valor. Este, por si só, já engendra uma dimensão histórica que remete a uma determinada historicidade, com características próprias; diferentemente dos outros modos de produção, fundamenta a sua dominação em um fetiche, em um elemento da produção que obscurece a sua própria compreensão, justamente na constituição do valor de troca como representação fenomênica do valor. Como sintetiza Marx:

[...] *Há um limite que não é inerente à produção em geral, mas sim à produção baseada no capital* [...]. Basta demonstrar que o capital contém uma limitação da produção (que é) *particular* –limitação que contradiz sua tendência universal a superar toda trava oposta àquela– para pôr assim a descoberto [...] que, ao contrário do que afirmam os economistas, o capital não é a forma *absoluta* do desenvolvimento das forças produtivas, forma absoluta que, como forma da riqueza, coincidiria absolutamente com o desenvolvimento das forças produtivas. (Marx, 1980, Vol. 1: 367, ênfase do autor)⁷

Não nos parece, assim, que poderíamos conferir às teses de Marx a respeito da formação do valor de troca uma dimensão estritamente aritmética com base em um suposto cálculo do valor presente em uma determinada mercadoria. Com efeito, e presas à negação da teoria do valor-trabalho como teoria contabilista do valor, as teses⁸ sobre a incomensurabilidade dos produtos advindos do trabalho imaterial ganharam, nos últimos anos, uma projeção teórica significativa. As teses de Gorz, Negri e Lazzarato desenvolvem a idéia de que o cálculo

7 Doravante: Borrador I. No original em inglês: “*There is a limit, not inherent to production generally, but to production founded on capital*” (ênfase do autor).

8 Falo aqui de duas teses específicas de André Gorz e Antonio Negri que serão desenvolvidas nos Capítulos II e III deste livro.

para determinar os valores contidos nas mercadorias teria se tornado impossível, visto que o trabalho formador do valor não poderia ser apreendido objetivamente.

Essa afirmação, na verdade, só é possível porque em suas análises anteriores a constituição do capital era realizada reducionista. As mudanças na base produtiva apenas permitiram a esses autores radicalizar suas formulações teóricas anteriores. Uma questão, portanto, remete-nos ao que foi descrito acima e sintetiza nosso ponto de partida: em que momento da obra de Marx há uma indicação que fundamenta a possibilidade de calcular aritmeticamente o valor do trabalho?

O retorno às discussões presentes nos *Grundrisse* sobre o tempo de trabalho, a extensão do tempo liberado como tempo libertário, e a conseqüente possibilidade de superação da teoria do valor, nos parece fundamental para problematizarmos essa questão. Sobretudo, se explicitarmos a relação direta entre o fim da sociedade capitalista e o fim da lei do valor; isto é, pensar a transição para uma sociedade socialista implicaria pensar a superação da produção geradora de mais-valia.

TRABALHADORES TECNO-CIENTÍFICOS E PRODUTORES-CONSUMIDORES

As novas teses sobre as formas de apropriação / exploração do intelecto do trabalhador, ou seja, do que poderia ser hoje denominado como uma produção imaterial, estruturadas por trabalhos imateriais vêm, segundo nossa perspectiva, atualizar as teses do primado das forças produtivas no processo de transformação dos processos de trabalho capitalista e de possíveis rupturas com esse modo de produção da vida.

Essa argumentação a tese segundo a qual a retomada do controle da produção, mesmo que não esteja associada diretamente à fábrica, não teria relação somente com o trabalho imediato, mas poderia ser constituída a partir do contato técnico de um núcleo de trabalhadores com forças produtivas as mais avançadas. Isto, por extensão, capacitaria este núcleo a se organizar politicamente.

Atividades produtivas fundamentadas pelo saber já presentes no trabalho de tipo industrial e de serviços teria crescido em importância hoje. Este saber não poderia ser reduzido a saberes técnicos, outrora formalizados. Dessa forma, “o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (Gorz, 2005: 9) formariam uma suposta resistência dentro da lógica de valorização do capital.

Tal lógica contraditória teria fundamentado um tipo de trabalho cujo componente central é o conhecimento. Nos “interstícios” da sociedade capitalista ter-se-ia formado uma força produtiva cognitiva

ancorada nas experiências cotidianas dos indivíduos. Esta produção imaterial levaria a teoria do valor à excrecência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria. Com isso, surgiria um redimensionamento da forma histórica de valorização do capital. O capital tentaria incessantemente conservar, restringir o acesso, patentear o conhecimento presente nos produtos comercializados. Contudo, não poderia fazê-lo por completo, essa “restrição” seria incompatível com o processo de autovalorização, de acumulação e de extensão ilimitada da exploração do trabalho. A universalização dos produtos do trabalho imaterial acabaria por caracterizar o conhecimento formalizado e codificado como uma “não-mercadoria”, um bem comum.

O movimento de independização do trabalho imaterial frente ao processo de acumulação capital estaria se constituindo. Não obstante, a imensurabilidade, propriedade particular dos trabalhos imateriais, seria utilizada como fonte de um novo processo de valorização na medida em que esta fosse restringida. O monopólio do “capital conhecimento” sintetizaria a contenção dos produtos imateriais. Isto submeteria uma realidade ilimitada (dos produtos cognitivos) ao movimento limitado de troca de mercadorias. Até aqui nada de novo nas formas de apropriação do trabalho pelo capital.

Com a diminuição do trabalho imediato, as formas de pagamento e o valor de troca presente nas mercadorias seriam também reduzidos; isto produziria uma diminuição dos valores monetários, isto é, da riqueza e dos lucros produzidos. O capitalismo cognitivo apresentar-se-ia como momento de “crise do capitalismo em seu sentido mais estrito (Gorz, 2005: 37). Com isso, estruturar-se-ia a possibilidade de uma transição do capitalismo para o comunismo sem escalas. Esta indicação sustenta a tese segundo a qual haveria uma passagem gradual, e não uma ruptura, com o modo de produção capitalista para o comunismo. Subentende-se, portanto, o fim do antagonismo entre as classes sociais baseado na prescrição de uma alternativa consensual dos embates sociais. Ademais, os produtos imateriais parecem estar ligados a uma lógica produtora de valores de uso.

Gorz não estaria, assim, pensando o trabalho concreto como forma geral do trabalho imaterial? Parece que sim pois, ao caracterizar a particularidade do trabalho imaterial com base nas “externalidades positivas”, compreende que tais produtos não podem ser submetidos a uma abstração geral, tendo, portanto, utilidades sociais distintas. Em seu conjunto, não teriam mais a função primeira de valorizar o capital. Percebe-se ainda a coexistência de, pelo menos, dois modos de produção no interior das sociedades capitalistas: um modo de produção baseado no valor-trabalho, e que teria como medida unidades

de tempo produtivas, fundado no trabalho simples; e, um segundo, cognitivo, no qual o processo de valorização estaria ancorado no trabalho imaterial, no “capital humano” e no “capital conhecimento”.

Configura-se, assim, uma ambivalência em processo, pois, para que o “capital conhecimento” possa entrar na circulação, ele deve converter-se em capital-mercadoria, deve associar-se às formas tradicionais do capital, já que “ele não é capital, no sentido usual, e não tem como destinação primária a de servir a produção de sobrevalor, nem mesmo de valor, no sentido usual” (Gorz, 2005: 54). Não se adequando à norma tradicional de valorização do capital e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-se como força produtiva central o “capital conhecimento” apresentar-se-ia como momento de negação e de possível superação do capitalismo. No entanto, tal superação estaria na dependência de uma tomada de consciência, de um reconhecimento por parte do indivíduo. “A criação de riqueza deve ser desatrelada da criação de valor” (*ibidem*: 57). Com isso, o valor mercantil daria lugar a uma riqueza que não poderia ser regulamentada pelo capital. Por fim, esta separação formaria espontaneamente um processo de solidariedade e coletividade como prática central de organização social.

Fundamenta-se, nesses termos, uma contradição na análise da sociedade capitalista, pois ao mesmo tempo em que essas lógicas trabalham dentro do mesmo sistema, isto é: obedecem às mesmas leis, o “capital conhecimento” precisa travestir-se de capital-mercadoria para entrar no processo de circulação. No entanto, por suas especificidades, este “capital conhecimento” garantiria um isolamento em relação ao caráter perverso do capital; isto permitiria ao conjunto de trabalhos imateriais construir uma resistência política e uma possível transição a uma economia “comunista do saber” (*ibidem*: 10).

Para parte do debate sobre o trabalho imaterial (aquele que desvincula a produção fabril da produção de conhecimentos / informações) questões como a do fortalecimento político de grupos de trabalhadores estariam relacionadas, dessa forma, à capacidade de adquirir novas informações, novos conhecimentos técnicos que poderiam lhes facultar o domínio estratégico de sua atividade produtiva e, assim, de organizar-se politicamente (Lazzarato, 1993: 111; Negri, 2004: 44).

Há, nesse sentido, uma tentativa de reapropriação da teoria de Marx como produção de um “ciclo” ampliado não apenas relacionado à produção fabril, mas também à formação de um coletivo de trabalhadores inter-relacionados pela produção-consumo de conhecimentos, isto é, à reconfiguração do intelecto geral (*general intellect*). Nestes termos, a indústria tradicional, como *locus* de organização da resistência política, cederia seu lugar à grande empresa, uma sociedade-fábrica, isto é, produção / consumo / distribuição tornar-se-iam agrega-

dos de uma empresa social que se sintetizaria na produção imaterial.

Essa abrangência produtiva e da exploração do trabalho imaterial como força produtiva central seria, dessa forma, radicalizada ao universalizar a exploração da subjetividade do trabalhador, fazendo reproduzir a *subsunção* real de sua condição social (Lazzarato, 1993: 114).

Na interpretação de Lazzarato, quanto na de Negri, vemos que apropriação do conceito de trabalho imaterial dentro da relação capital *versus* trabalho é, mais uma vez, mediada pela figura do indivíduo, do trabalhador isolado. Caracterizar-se-ia a figura do produtor-consumidor como sujeito político central no contexto de uma sociedade produtora de mercadorias imateriais. A mudança das formas de exploração do trabalho teria ocasionado a recomposição do conteúdo das qualificações necessárias às formas de produção. Contudo, hoje, esses conteúdos que geraram uma subjetividade específica capacitariam o segmento de trabalhadores portador desses novos conteúdos a formar uma luta anticapitalista. Ao comprar, ao consumir uma informação, criar-se-ia um processo de resistência política. A luta política está, assim, posta no varejo.

Em entrevista à Revista *Alternative Internationales*,⁹ Antonio Negri define a multidão (*multitude*) (Negri, 2004)¹⁰ como sujeito político central nas sociedades contemporâneas. No entanto, essa definição está relacionada ao indivíduo, ou melhor, ao trabalhador-consumidor, que a partir da adesão ao processo de especialização do trabalho pode “colaborar” para o adensamento do tecido social,¹¹ pode integrar-se em uma atividade política na multidão, isto é, integrar-se ao que poderíamos nomear de corporação de indivíduos desvinculados de seu trabalho – expressa na idéia de “biopoder” (Negri, 2004: 44, ênfase próprio).

9 O título da revista é: “Consommateurs de tous les pays...: Quand les citoyens transforment le capitalisme e l'intérieur”. Além de o título fazer uma analogia direta a Marx, “Proletários de todos os países uni-vos!” (1996: 99), ele é extremamente sintomático de uma compreensão dos indivíduos como portadores de novas qualificações revolucionárias. Seriam os cidadãos, os sujeitos políticos centrais hoje. No mais, a capa da revista traz uma bolsa feminina toda vermelha com uma estrela amarela ao centro. Remete, assim, às formas de consumo como intervenções críticas por parte destes sujeitos-consumidores.

10 Negri emprega a noção de *Multitude* com o objetivo de apreender uma relação política que estaria para além das condicionantes ligadas ao trabalho imediato na indústria. Sua intenção é caracterizar o indivíduo como elo de interação de um tecido social que tende a se tornar mais denso, na medida em que sua participação produtiva cresce. Assim, ao se tornar sujeito ativo de um processo comunicacional, desenvolve uma integração entre as partes funcionais de um grande modelo de sociedade internacional.

11 Há aqui uma forte influência da tradição funcionalista, sobretudo, aquela desenvolvida por Émile Durkheim em *A Divisão Social do Trabalho* (Durkheim, 1973).

O indivíduo é chamado a se engajar na multidão a partir de uma forma de trabalho que é ao mesmo tempo uma atividade produtiva e uma incorporação de novos conhecimentos. Vislumbra-se, assim, uma ação política isolada, dispersa na “multidão” se caracterizaria pelo consumo da mercadoria-informação. Dessa forma, o indivíduo poderia entrar em sintonia com o corpo social, isto é, nos termos de Negri, com a sociedade globalizada. A política formar-se-ia no mercado e a integração dos agentes políticos de todos os países dar-se-ia pela compra consciente de novas mercadorias. Portanto, há uma negação completa do conceito de classe social e, por conseguinte, uma apologia do produtor-consumidor-cidadão.

Nessa nova versão do sujeito histórico, capacitada a revolucionar a sociedade capitalista, a relação entre a qualificação profissional e a subjetividade do trabalhador é retomada. Ao edificar a alteração do conteúdo dos saberes do operariado alterar-se-ia, a composição dos novos sujeitos políticos. Com novos argumentos, mas ainda pautada em uma mesma problemática, o primado das forças produtivas veria seu sua representação mais recente na lógica determinista que relaciona a capacitação política revolucionária ao consumo de mercadorias informacionais.

A extensão da lógica fabril à sociedade veicularia uma produção social não mais presa a um universo restrito da produção taylor-fordista, mas imersa em uma relação social total. Os indivíduos em sua reprodução social reproduziriam sua integração política. Ao consumir produtos informacionais, imateriais, adensariam um tecido social novo, anticapitalista, que permitiria romper com as formas de dominação ativas pela concorrência (Negri, 2002a: 355-356).

Nesse sentido, não haveria mais sentido caracterizar analiticamente a separação entre produção e circulação. Todos seriam produtores, na verdade, todos teriam funções específicas e se tornar mais funcional seria o mesmo que criar as bases para uma nova sociedade. O comunismo, dessa forma, já se apresentaria como objetivo social hegemônico. Reconhecer a predominância, porém, do desenvolvimento dessa manifestação seria o problema social a ser enfrentado, já que capitalistas e operários ligados à tradição taylor-fordista e a interesses ativados por esse conjunto de relações de produção travariam o processo de seu reconhecimento, do comunismo como poder constituinte em ato.

ANTAGONISMO CLASSISTA E A LÓGICA DO CONSUMIDOR POLÍTICO

Nesse mesmo período em que a discussão acima é desenvolvida (anos oitenta e noventa), uma longa discussão em torno da inviabilidade do conceito de classes sociais e de luta de classes foi travada nas ciências

humanas. Em seus desdobramentos, essa discussão –que passa pela negação do trabalho industrial– foi alargada para toda e qualquer atividade produtiva, isto é, o trabalho assalariado não teria mais representatividade social e conceitual para designar as forças sociais em presença.

Tal discussão passa a ser encaminhada de uma forma mais clara ao final dos anos noventa. O caracterização do trabalho ganha um outro status. Não se trata mais de negá-lo completamente, mas sim de mostrar que as novas formas de trabalho não têm, em nenhum sentido, ligação com os tipos de trabalho ativados pela indústria. Assim, o trabalho imediato perderia sua importância e o trabalho imaterial, formado por conteúdos cognitivos, elevar-se-ia como atividade central das sociedades contemporâneas.

Mesmo assim, ainda se desenvolve a tentativa de negação de uma atividade específica, a do trabalho imediato relacionado à indústria. No entanto, o argumento torna-se mais complexo. Os tipos de trabalho imaterial romperiam com uma divisão que seria central às formas de produção taylor-fordista: a divisão entre trabalho manual e intelectual. O trabalho imaterial, dessa forma, não romperia somente com uma forma de organização da produção, mas também com os elementos na formação de uma luta política proveniente de um tipo específico de atividade produtiva.

A pressuposição básica dos teóricos atuais do trabalho imaterial caracteriza-se esquematicamente da seguinte forma: *trabalho imediato-industrial* (classe trabalhadora homogênea; partido como representação política da classe trabalhadora; greve na fábrica; revolução socialista; ditadura do proletariado; comunismo); *trabalho imaterial* (indivíduos com profissões muito distintas, isto é, heterogeneidade e fim da classe social; movimentos sociais como representação de desejos políticos muito diferentes; aceitação da racionalidade econômica capitalista; por consequência, dualidade social; negociação como estratégia da luta política; revolução social como síntese da conciliação, resignação ao modo de vida burguês).

Dessa forma, a indicação da superação da “sociedade industrial” implica a superação de uma análise, de uma nova teorização sobre o capitalismo. Essa superação social pressupõe a ineficácia do pensamento marxista. A análise de Marx estaria, desse ponto de vista, relacionada somente à sociedade capitalista industrial. Não existiria, dessa forma, para Gorz e Negri uma teoria da história em Marx. Portanto, tornar-se-ia possível, dentro dessa perspectiva, retirar de cena a teoria das classes sociais, já que esta não daria mais conta da dinâmica introduzida pela produção imaterial, sobretudo, pela predominância das capacidades intelectuais na organização da produção de mercadorias nas sociedades contemporâneas.

A questão central seria então: como conservar as teorias, conceitos, análises marxistas, se sua suposição básica está fundamentada na separação entre trabalho manual e intelectual? Assim, para as teses e problemáticas teóricas que consideram o surgimento de uma sociedade pós-industrial, o marxismo estaria superado e com ele a teoria marxista da revolução.

Essa trajetória de negação completa do trabalho imediato e da indústria como *locus* de enfrentamento entre as classes sociais para um momento em que o trabalho imaterial é construído como momento de catarse social e apaziguamento do conflito, dada sua inevitabilidade, tem uma trajetória complexa que remete, por exemplo, à questão do empresário social como indivíduo produtivo numa cadeia sistêmica de produção indicada por Negri.

Uma das questões levantadas por Negri (2002a) quando da afirmação do comunismo como um poder constituinte que não está mais ligado somente à fábrica, mas tende a se espalhar pela sociedade como um todo, é a questão da fusão entre o econômico e o político que o autor retira de Marx. Suas conseqüências teóricas parecem equivocadas, a começar pela idéia de multidão. No entanto, ao estabelecer uma tentativa de formação do capital como força social, faculta a ela uma interação, isto é, a impossibilidade de uma análise indistinta entre o movimento das estruturas econômicas e políticas e a formação histórico-social que particulariza esse movimento de forma dialética.

Esta constituição ganha um sentido tão ampliado que passa a fundir interesses opostos. Capitalistas e trabalhadores são considerados como órgãos funcionais de uma estrutura produtiva. Assim, surge a idéia de que os empresários realizariam um trabalho produtivo, isto é, se a valorização do capital não está mais restrita à produção industrial, mas sim a uma produção do indivíduo social, todos poderiam ser considerados produtivos. Todos produziram em direção à viabilização deste indivíduo social, do coletivo organizado em poder constituinte do comunismo em ato.

Marx, ao realizar a crítica de Sênior, discutiu uma questão análoga. Sênior acreditava que o capitalista também cria valor, pois, como vê o trabalho apenas na sua forma negativa, isto é, como sacrifício, entende que o capitalista é produtivo já que ele realiza um sacrifício, o sacrifício da abstinência: em vez de consumir a totalidade do que produz, enriquece. Sua produção então é concebida dentro de um desejo (para utilizar um termo empregado por Negri) coletivo. Nas palavras de Marx lemos que:

Um ser meramente negativo, nada cria. [...] o trabalho produz prazer ao operário –como certamente produz a *abstinência* o avaro que fala

Sênior-, o produto não perde com ele nada de seu valor. *Somente* o trabalho produz; é a única *substância* dos produtos em qualidade de valores. (Marx, 2002, Vol. 2: 120, ênfase próprio)

Ou ainda, como nos indica Poulantzas:

O trabalho produtivo, em diferentes modos de produção, não é mais do que o trabalho que é explorado através do tipo específico de exploração que caracteriza esse modo de produção – por exemplo, a produção de mais-valia no modo de produção capitalista. Não significa que os trabalhadores assalariados não produtivos não sejam explorados –eles o são–, o que é, certamente, muito importante, mas não do modo específico que constitui a produção de mais-valia. (Poulantzas, 1977: 137)

Ainda trata-se de indicar que a idéia de produção exposta por Negri recorre a uma compreensão que descaracteriza a teoria do valor-trabalho nos termos de Marx. Não há, na verdade, mais uma determinação temporal da produção, já que ela estaria subordinada ao poder constituinte do comunismo. Para formalizar essa tese Negri considera que as formas de dominação (o poder) teriam passado por uma profunda transformação nos últimos anos. Antes era localizado, agora está difuso. Este poder não estaria mais preso à nação, à classe, a um agente específico, ele estaria diluído no corpo social. Essa difusão tornou ultrapassada e impediria qualquer forma de ruptura revolucionária com o modo de produção capitalista (Lessa, 2005).

A tese da imaterialidade do trabalho não estaria presa, dessa forma, às relações de produção e consumo. Trata-se muito mais de uma concepção política que se estrutura com base em uma idéia de comunismo compatível com o mercado, com o dinheiro, com o Estado e com a propriedade privada capitalistas. Com isso, a necessidade de extinção das classes sociais seria substituída por uma possibilidade de convivência harmônica entre elas. Tudo isso ainda tendo a figura do capitalista como detentor dos meios de produção. Assim, Negri teria criado a figura do “empresário político” como um agente organizador do processo produtivo, como um agente que fundamentaria a melhor forma de se produzir sob determinadas condições histórico-sociais (Negri, 2002b: 67-68). Ele faz parte de uma estrutura funcional que deve cumprir seu papel da melhor forma.

Com base na tese de que um fluxo contínuo entre momentos da produção, circulação e distribuição teria se formado, e que esse fluxo seria na verdade o vetor de caracterização do comunismo, os antigos burgueses passam a ser considerados como “empresários sociais” e os antigos operários como “trabalhadores sociais”. O trabalho taylorizado daria, assim, lugar ao trabalho imaterial como expressão do comu-

nismo. Nesse sentido, e apenas com ele, foi possível a Negri apontar o fim da sociedade de classes, o fim da exploração do trabalho pelo capital e o começo da hegemonia do trabalho imaterial. “[...] O que estão [Hardt e Negri] afirmando é que a identidade entre capital e sociedade em nossos dias teria levado ao comunismo” (Lessa, 2005: 38).

A universalização das forças produtivas teria produzido a identidade entre capital e sociedade. O problema é que estas forças produtivas não têm relação nenhuma com uma prerrogativa política de socialização. Elas ainda reproduzem a forma de propriedade privada, são acumuladas e sua universalização, dessa forma, só pode ser entendida como universalização dos domínios políticos e econômicos do capital. Essa extensão fictícia da lógica da fábrica à sociedade só ganha sentido como expressão de uma relação social que se torna cada vez mais dilatada, que tende a e necessita submeter tradições, valores, costumes, novos espaços, novos territórios a ela própria. É dessa expansão que depende a existência do capital.

A RADICALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

As teorias sobre a não-centralidade do trabalho e sobre o trabalho imaterial, nos termos em que são apresentadas na atualidade, devem ser continuamente criticadas. Em linhas gerais, a perspectiva da classe trabalhadora é abandonada no momento em que se questiona a validade de sua intervenção política e social. No entanto, uma possibilidade de resposta a tais argumentações, estabelecendo uma análise dentro do campo marxista das atuais formas de exploração da força de trabalho, mostra-se, mesmo que preliminar, indispensável, pois se preocupa em desmistificar a relação social antagônica entre capital e trabalho em um novo quadro histórico da luta de classes.

A elaboração de uma crítica sobre as transformações estruturais no processo de acumulação de capital dentro de novas formas de extração de mais-valia que permitiram vislumbrar, por exemplo nos termos de Gorz, uma sociedade “emancipada” da produção e da reprodução capitalistas, mesmo que esta última não fosse completamente superada, mas apenas subjugada pela primeira, torna-se fundamental.

A tese de que o trabalho seria a forma necessária, contingente e inequívoca de organização das relações de (re)produção social capitalista, e de que o trabalho, funcionaria, dada a sua centralidade como relação social necessária para a valorização do capital, é ainda válida. Na atualidade, mostra-se tendencial a caracterização de algumas formas de exploração da força de trabalho que, ao ampliar o controle e o domínio do trabalhador, reproduzem as relações de produção capitalistas submetendo ainda mais o trabalhador à “vio-

lência” do processo de valorização. O trabalho vivo, hoje produtor de valor de troca, é aquele que capta, trata, grava e comunica informação entre, de uma parte, um círculo de trabalhadores que compreendem os funcionários de escritório e os quadros e, de outra parte, os trabalhadores e as máquinas.

A normatização do trabalho intelectual como extensão do daquele realizado durante o século XX, desenvolve-se no sentido de submeter as capacidades cognitivas dos trabalhadores no processo de valorização do capital ao controle administrativo. Esta produção requer, assim, uma força de trabalho “intelectualizada”, ou melhor, que contribua ativamente na formação de novas necessidades, de novas mercadorias, mas sem que, contudo, haja uma perda de controle do processo de trabalho por parte dos capitalistas. A gerência científica, ao diluir a hierarquia dentro das fábricas e dos escritórios, torna imediata a responsabilidade dos trabalhadores em organizar partes, cada vez mais crescentes, da produção. Não obstante, preservando o grau e o limite da participação do coletivo de trabalhadores.

O anúncio de um “ciclo” ampliado da produção, na prática, apenas aprofunda os preceitos da indústria maquinofatureira. A tese sobre a passagem da indústria tradicional para a empresa-sociedade desenvolvida por Negri e Lazzarato, ao invés de pensar o extravasamento da lógica e da violência do processo de produção imediato à sociedade, isto é, a circulação de mercadorias e a produção de serviços, estabelece uma ruptura com essa lógica e fundamenta, contrariamente, uma dimensão social positiva da socialização da produção. Caracteriza, assim, uma sociedade integrada por uma vontade histórica; um corpo social no qual as partes – os indivíduos que compõem a *multidão*, ao reconhecerem o movimento inequívoco de uma história predeterminada poderiam, com base na adesão voluntária a esse movimento, aderir ao comunismo.

Este “ciclo” da produção imaterial, como chamou Lazzarato, extravasa o chão-de-fábrica e torna a figura do trabalhador autômato uma possibilidade para o conjunto da sociedade capitalista. A abrangência dessa produção e da exploração do trabalho, como força produtiva central para a reprodução das relações capitalistas, se radicaliza ao universalizar um tipo de cooperação produtiva que aprofunda a exploração da subjetividade do trabalhador e faz reproduzir a *subsunção* real de sua condição social. Por conseqüência, uma composição do trabalhador-consumidor é indicada. Diferente do trabalhador constituído pela produção taylorista,¹² o trabalhador do imaterial te-

12 Em duas diferentes esferas, quais sejam, a da produção e a da circulação, produtivismo e consumo foram elementos indissociáveis e complementares para a

ria, a partir de sua intervenção neste “ciclo” produtivo, sua força política constituída (Lazzarato, 1993: 111-112).

A produção, designada pelo autor como pós-taylorista, passa a ser apresentada como aquela que torna também produtiva a comunicação social e a própria relação social que a constitui. O fundamento de sua análise repousa, dessa forma, na questão da criação antecipada de uma necessidade, ou seja, hoje nada seria produzido sem antes ser vendido. A chave da valorização do capital estaria, com isso, na capacidade das empresas em colher informações que as permitam antecipar e recriar novas formas de consumo que, em certo sentido, já se anunciam no mercado. “Essa estratégia se apóia sobre a produção e o consumo de informação. Ela mobiliza importantes estratégias de comunicação e marketing para recolher as informações (conhecer tendências do mercado) e fazê-las circular (construir o mercado)” (Lazzarato, 1993: 112). Vislumbra-se, assim, uma ampliação das formas de trabalho intelectualizado como uma tendência nas atuais formas de produção. Ela apareceria, aos olhos de Lazzarato, com a particularidade de inovar as relações de produção e de colocar os trabalhadores inseridos nesse universo produtivo em contato com informações que podem, pelo lado do capital, garantir a produção ao acionar estas informações com criatividade.

Em campos diferentes, essa indicação mostrar-se-ia tendencial. O trabalhador deveria integrar-se a esse universo tendo que, a partir da incorporação de novos conhecimentos, “incrementar” a produção. Caracterizar-se-ia uma necessidade que, diferentemente daquela da produção de tipo taylor-fordista, tornaria a capacidade intelectual do trabalhador o incremento central da produção em geral.

No entanto, como nos lembra Marx (ao analisar o trabalho em seu núcleo comum), o valor, mesmo se considerarmos uma ampliação das capacidades intelectuais do trabalhador coletivo, ainda é parte alíquota do total de mercadorias produzidas pelo operário, que não é paga pelo capitalista (Marx, s/d: 119). A relação social capital não é alterada. O que se altera são as necessidades sociais do capital. Este, dessa forma, deve “qualificar” a força de trabalho para que ela possa responder às necessidades de seu processo de autovalorização. A força de trabalho é aqui valor de uso do capital no processo de produção. Tem a finalidade de conservar, ao reproduzir a produção de novas mercadorias, a acumulação de capital.

Na verdade, para nós o que deve ser considerado são as relações sociais que constituem as formas de exploração do trabalho no capitalismo. Sim, os conteúdos do trabalho são importantes, pois podem,

projeção do taylorismo e de todas as suas representações sociais.

entre outras questões, elevar ou diminuir as condições de trabalho e os rendimentos do trabalhador individual e coletivo. No entanto, deve-se precisar que:

[...] faz pouca diferença se adotarmos o critério de produção material ou não material. Se os trabalhadores da esfera comercial são considerados por Marx como desempenhando um trabalho produtivo, não é por não efetuarem uma produção material; de algum modo fazem-no, mas é porque dependem de capital comercial e o único capital que produz mais-valor é o capital produtivo. (Poulantzas, 1977:137)

Longe de realizarmos uma exposição reduzida da produção taylorista ou fordista ao caracterizá-las como uma produção na qual o trabalhador estaria despojado de sua dimensão intelectual e em que sua subjetividade não fosse reclamada pelo capital, acreditamos que a dimensão intelectual nunca pode ser racionalizada a ponto de ser totalmente dissolvida. A questão é que Lazzarato, ao afirmar a tendência de uma produção e de um trabalho imaterial, não problematiza esse aspecto da questão. O trabalhador especializado é considerado uma figura sem subjetividade, pois sua capacidade subjetiva de construção da política está presa a sua atividade laborativa, ele é o trabalho que executa. Se esse trabalho não tem qualificações, ele mesmo não pode tê-las. De um lado, a produção taylorista tentava progressivamente pulverizar qualquer forma de expressão intelectual do trabalhador ao submetê-lo a uma racionalização da produção voraz, que o constituía como uma *máquina viva*. Por outro, a produção imaterial que Lazzarato define faz da dimensão intelectual meio de valorização do capital, mas ao mesmo tempo motiva a construção da subjetividade do trabalhador.

Dentro desta perspectiva, se, por um lado, a produção taylorista separava e condicionava o trabalhador-consumidor a objeto – na medida em que lhe impunha uma forma de produzir; mas também de consumir; por outro, essa produção “pós-taylorista” passa agora a utilizá-lo como um indivíduo que “decidiria” e informaria, dentro de um número restrito de possibilidades, o que deveria ser produzido. Sintetizar-se-ia, assim, a figura do trabalho imaterial como uma atividade de ligação entre o produtor e o consumidor, como elo funcional da apropriação do poder político (Lazzarato, 1993: 114).

Nesse sentido, a análise da composição técnica e subjetiva da classe operária seria para Lazzarato o meio para se avaliar a ampliação do conceito de trabalho. Abrem-se, pelo menos, dois caminhos para se fundamentar esse conceito. Por um lado, ele estaria relacionado ao “conteúdo informacional” da mercadoria. Esta questão se explicitaria, para o autor, a partir de uma postulação quantitativa. Segundo ele, o trabalho

imediatamente utilizado nas empresas financeiras, nas empresas industriais, bem como nas do setor de serviços, estaria se subordinando às formas do trabalho imaterial, ou seja, “à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical” (Lazzarato, 1992: 54). Por outro, ele estaria relacionado às atividades que produzem o “conteúdo cultural” (*ibidem*) da mercadoria. Atividades estas que salvaguardam e reiterariam opiniões, gostos, modos de viver e de consumir, além de caracterizarem expressões artísticas, estéticas e religiosas que normalmente não são relacionadas ao trabalho (*ibidem*: 54).

Identificar-se-ia, nesse sentido, a presença de um “sujeito ativo” na produção: o trabalhador não estaria mais subordinado a um comando racionalizado e exterior a ele. As formas de intervenção do trabalhador dependeriam muito mais de sua própria aprendizagem, de sua “capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva”, do que de agregar funções preestabelecidas e exteriores a ele. Esta hipótese tem como base que existiria uma associação do processo de valorização ao processo de comunicação. Para realizar essa associação, pressupõe que tanto um processo quanto o outro passam a estabelecer uma ruptura com as formas tradicionais de valorização do capital, já que para se produzir seria necessário que o coletivo de trabalho exercesse funções ligadas a concepção. Por consequência, tal associação tenderia a se apropriar das formas de dominação engendradas nessa produção e os conteúdos relativos ao produto do trabalho teriam uma dimensão não quantitativa, já que seriam frutos de trabalhos cognitivos, portanto não reduzíveis à medida do valor: a tempo de trabalho socialmente necessário à produção.

Esse redimensionamento da produção viria marcado por uma redefinição da relação entre produção e consumo. O consumidor colaboraria na valorização do capital, na medida em que ele mesmo comporia um ciclo produtivo cuja finalidade seria a de *ativar* a produção. “A recepção é, então, desse ponto de vista, um ato criativo e ela é parte integrante do produto” (Lazzarato, 1992: 118). A relação entre a grande indústria e a produção de serviços tornar-se-ia, nesse sentido, um dos eixos centrais de legitimação do trabalho imaterial como meio de produção significativo na atualidade.

Para nós, essa questão está relacionada, sobretudo, à passagem de um tipo de economia de tempo (escala) para uma economia de inovação; ou melhor, a passagem da indústria taylor-fordista à indústria em uma economia que se caracteriza pelo desperdício de força de trabalho e também por imperativos colhidos na circulação. Sua diferença estaria na questão da dispensabilidade permanente de uma parcela da força de trabalho, o que tornaria o aumento do desemprego uma questão sem solução nesse contexto de crise.

Contrariamente à tese de Lazzarato que estabelece, ao indicar “a mercadoria ‘pós-industrial’ [como] o resultado de um processo de criação que engaja tanto o produtor quanto o consumidor”, o fim da divisão da relação concepção / execução do trabalho (Lazzarato, 1993: 113), acreditamos que as formas de controle do coletivo de trabalhadores foi alterada no sentido de transferir uma idéia de iniciativa no trabalho para os trabalhadores, quando no cotidiano de trabalho as “metas” a serem alcançadas são estratégica e previamente concebidas. Há, portanto, a construção de um conjunto de ideologias que visam a estabelecer uma idéia de liberdade de iniciativa no conjunto dos trabalhadores tanto de chão-de-fábrica (a partir do estímulo para a construção de novas idéias e de solução de problemas) e também junto aos setores de projetos, aos engenheiros e administradores – que passam a “decidir” os objetivos anuais. Nos dois casos existe, contudo, a construção prática de uma capacidade “intelectual”. Metas, idéias, formas de confecção das mercadorias são estimuladas. No entanto, o objetivo desse processo de reorganização das competências profissionais se resumem apenas em garantir a reprodução da dominação e talvez da conservação dos postos de trabalho.

No entanto, no argumento de Negri e Lazzarato, a mercadoria seria constituída pela intervenção do consumidor, estando, assim, produto e produtor sempre em movimento. A definição de produtividade não poderia estar circunscrita ao terreno da indústria estrito senso. Essa hipótese desenvolvida por Lazzarato acaba por indicar a existência de uma inversão na relação dialética entre produção e consumo.¹³ “A ‘necessidade de consumir, capacidade de consumir, a pulsão ao consumo’ não são mais produzidos indiretamente pelo objeto (produto), mas diretamente pelos dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da ‘comunicação social’” (Lazzarato, 1993: 114). A produção de necessidades é negada por Lazzarato. Não é a necessidade de existência do capital que faria com que as mercadorias fossem produzidas, mas sim o impulso de consumir teria se tornado *processo de trabalho*. Portanto, somente a reprodução desta atividade pode assegurar o capital um valor econômico (Lazzarato, 1993: 114-115). O trabalho imaterial, para o autor, revela a produção como um ciclo que deve também produzir a própria relação social capitalista. Em conseqüência, a produção hoje predominante seria a de apenas uma “relação política”, de uma forma de poder e seu objeto (sua matéria-prima) seria a subjetividade dos indivíduos envolvidos nessa dominação.

13

Essa inversão também é exposta por Tosel, 1993: 16-39.

Com isso, romper-se-ia com a lógica da produção de tipo taylorfordista que controlava a subjetividade operária ao reduzi-la, desqualificando-a técnica e culturalmente. A produção imaterial estabeleceria a constituição da própria subjetividade como forma útil de valorização do capital, ou seja, inusitadamente, se a compararmos ao padrão de produção taylorista, hoje a subjetividade operária mostrar-se-ia como substrato central da produção (como força produtiva central). No entanto, o que mais chama atenção nesse argumento é a preocupação em situar o trabalho imaterial como uma atividade que deveria, antes de tudo, submeter-se à lógica de valorização do capital (Lazzarato, 1992: 59). Ligado a uma forma de *cooperação*, o trabalho imaterial deveria ser caracterizado, prioritariamente, como um valor de uso do capital.

Entretanto, entendemos que considerar um novo tipo exploração da força de trabalho como atividade que salvaguardaria a chave para a formação de uma política revolucionária parece precipitado. As conclusões estão vinculadas à suposição de que, através do contato travado com a informação necessária à execução do trabalho imaterializado, existiria algum componente libertário que estimulasse tal formação política.

No entanto, isso não implicaria dizer que a construção de uma política revolucionária (anticapitalista) estaria presa, amarrada ao posto de trabalho, ou às qualificações técnicas que são requisitadas pela produção hoje. Nem mesmo afirmar categoricamente que, por ser o epicentro da produção das mercadorias no capitalismo, hoje tal atividade produtiva seria o elemento fundamental para a construção de um projeto político revolucionário. Sua destruição é central, isto é, só podemos pensar uma sociedade desvencilhada da dominação política e econômica do capital se superarmos as relações de produção que as estruturam. Caracterizar a luta de classes como uma designação arbitrária que vincula a profissão, a qualificação técnica, à escolha do sujeito político capaz de organizar uma política anticapitalista nos parece equivocada. Vemos, contrariamente, que as considerações teóricas sobre a formação da classe política revolucionária devem articular seu posicionamento na estrutura produtiva com as formas da sua representação político-ideológica.

A organização política autônoma e a ideologia revolucionária da classe operária têm a ver com a classe na conjuntura. Têm a ver com o tornar a classe operária uma “força social”, o que determina a possibilidade de ela efetuar uma transição para o socialismo, ou seja, de fazer uma revolução social. Assim, o problema que se coloca é o de como localizar os elementos políticos e ideológicos na determinação

estrutural de uma classe, mesmo que esses elementos não sejam os tradicionalmente encarados como constituintes da “classe para si”. (Poulantzas, 1977: 139)

Ao afirmar a relação intrínseca entre o desenvolvimento da técnica e a formação de uma luta proletária, fundamenta-se a pressuposição de que o trabalhador (sua subjetividade) constitui-se através de sua atividade profissional. Confunde-se toda a sua subjetividade com a atividade que o trabalhador exerce na divisão social do trabalho.

Mostra-se, assim, a urgência em se verificar quais seriam as atuais contradições sociais que essa nova forma de trabalho e de controle do trabalho estaria caracterizando. Entendemos, nesse sentido, que o contato com esse tipo de informação no processo de criação de mercadorias sem conteúdo físico pode ser também racionalizado à dimensão dos limites da extração de mais-valia. Em concordância com Marx, o que deveria ser aprofundado gira em torno da problematização de que:

Enquanto o meio de trabalho tiver um caráter imediato e se encontrar no estado histórico em que o capitalismo capta e o introduz no seu processo de valorização, ele apenas pode sofrer uma mudança formal. Mas isso é suficiente para que deixe de aparecer apenas com as suas propriedades físicas. (Marx, 1980a: 37)

De toda forma, se considerarmos a informação como subproduto do trabalho dito imaterial, ainda assim ela é constituída por tempo de trabalho explorado não pago. Sua importância poderia determinar um momento particular da luta de classes que poderia fazer crescer a resistência da classe trabalhadora, pelo menos em relação a uma luta corporativa, haja visto as possibilidades do trabalhador de, ao lidar com essas informações, capacitar-se profissionalmente. Assim, a informação sociabilizada seria uma fonte de incremento da capacidade de luta corporativa, mas viria também marcada por limites que sancionam e determinam a reprodução das classes sociais e que não estabelecem a passagem dessa luta econômico corporativa a uma luta ético-política, isto é, de uma luta entre interesses e reações sociais de classe distintos.

III.

KARL MARX, O VALOR E O INDIVÍDUO SOCIAL

TRABALHO IMATERIAL, RECOMPOSIÇÃO DA SUBJETIVIDADE PROLETÁRIA E INDIVÍDUO SOCIAL

A socialização das forças produtivas é apresentada nos *Grundrisse* como expressão do desenvolvimento da ciência que seria incorporada pelo indivíduo social.¹⁴ Essa tese desenvolvida por Marx constitui-se como o pilar de sustentação das teorias do trabalho imaterial hoje. Ela relaciona diretamente a diminuição crescente do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mais-valia com a destruição tendencial de sua própria lógica. A valorização assentada no tempo de trabalho teria, portanto, uma contradição interna que caracterizaria a possibilidade objetiva de sua própria destruição.

O capital [...] aumenta o tempo de mais-trabalho da massa mediante todos os recursos da arte e da ciência, posto que sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo de mais-trabalho; já que seu *objetivo é diretamente o valor*, não o valor de uso. Assim, *malgré lui*, serve

14 Para Marx, nos *Grundrisse*, o indivíduo social seria expressão do intelecto geral (*general intellect*). O acúmulo de forças produtivas abriria a possibilidade política de constituição de uma força social consciente de sua própria condição objetiva. O indivíduo social portador de uma consciência social ou nos termos de Marx de um intelecto geral constituir-se-ia, assim, como sujeito político ativo da transformação do socialismo no comunismo.

de instrumento para a criação de tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e assim tornar livre o tempo de todos para o próprio desenvolvimento dos mesmos. (Marx, 2002, Vol. 2: 231-232, ênfase do autor)

Passagens dos *Grundrisse* que se referem à formação do indivíduo social freqüentam a literatura contemporânea sobre o trabalho imaterial.¹⁵ No entanto, sua utilização adapta-se às tendências de mercado, à lógica de dominação ideológica que são ativadas pelo capital para reorganizar as formas de subordinação e exploração dos trabalhadores. Tal recuperação dos *Grundrisse*, à luz da recomposição da estrutura produtiva e gerencial do trabalho, indica uma ruptura com os preceitos capitalistas, pois caracteriza a absorção nos trabalhadores de capacidades cognitivas que estruturariam a formação de um movimento político de tipo anticapitalista.

Os *Grundrisse* são, nesse sentido, tomados como se a lógica estrutural do capital, o caráter antagônico entre a expansão das forças produtivas, sua apropriação privada e a conservação das relações de produção vigentes (capitalistas) tivesse: 1) uma razão própria, alheia aos interesses específicos das classes que compõem a estrutura social das sociedades em questão; ou 2) uma razão econômica pura, a economia formada pela economia, sem contaminação política ou ideológica. As teorias da produção e do imaterial como força produtiva central hoje parecem pressupor se não estas duas indicações em conjunto, pelo menos uma delas.¹⁶

Há nessa empreitada um revisitar os *Grundrisse* na medida em que o conceito de *intelecto geral* é relativizado. Não obstante, essa nova leitura reconstrói o *intelecto geral* diferenciando-o sua atualidade com base na requalificação profissional do trabalhador, isto é, com base no tipo de reprodução social do coletivo de trabalhadores reincorporados e adaptados às novas formas de exploração do trabalho. Nestes termos, propõe o ideário da constituição de uma “nova subjetividade proletária”.

Esta “nova subjetividade” seria, com isso, considerada o momento chave da produção imaterial que, por fim, capacitaria os novos su-

15 O conceito de trabalho imaterial foi definido por Marx em relação contraposta ao conceito de trabalho produtivo. Trabalhos que não formam valor, mas que fazem o valor se movimentar com mais rapidez, que dão maior dinâmica ao processo de valorização. Em sua maioria, são atividades vinculadas aos serviços e, dentro desses, à utilização da capacidade intelectual do coletivo de trabalhadores. Não obstante, é um conceito figurativo, metafórico que foi utilizado por Marx para ilustrar relações mercadológicas de transição (entre a produção e a circulação) que não compreenderiam particularmente o “espírito do capitalismo”, mas que, nem por isso, deixariam de ser controladas pelas relações sociais fundamentais que as orientam na direção da extração de mais-valia. Discuto com mais detalhe essa questão em Lessa, 2007c.

16 Trabalho essa perspectiva mais detalhadamente em Amorim, 2006a.

jeitos políticos. Desvinculados do trabalho imediato e da produção de mais-valia, tais sujeitos portariam a representação de uma nova condição humana, de um novo movimento social, em síntese, de uma nova subjetividade que tem o tamanho do alcance da informação, que não se restringe à produção de mercadorias, mas utiliza seu consumo como forma de incorporação de saberes críticos à lógica do capital.

Poderíamos dizer que, na sua maioria, as teses que afirmam a centralidade do trabalho imaterial nas sociedades contemporâneas indicam a estruturação de um processo de autofagia do capital. Um processo no qual o capital teria gerado, ele mesmo, contra a sua vontade, o fim do tempo de trabalho como medida de sua valorização constituindo, portanto, seu próprio fim.

Em que essa concepção remonta as teses presentes em Marx? Qual é a relação delas com a teoria marxista? Do nosso ponto de vista, essa discussão está ancorada em um antigo problema presente na literatura marxista ou inspirada nela. Trata-se da argumentação sobre o desenvolvimento progressivo das forças produtivas e da sua conseqüente socialização. Marx desenvolveu em alguns de seus textos tal problema. *A Miséria da Filosofia* (1985) e *O Manifesto do Partido Comunista* (1996)¹⁷ são prova dessa empreitada. Com várias nuances, que remetem a múl-

17 São muitas as referências em Marx sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção. Algumas do *Manifesto do Partido Comunista* são incisivas e remetem a uma determinação unilateral do econômico se tratadas em destaque do conjunto do texto e do conjunto da obra de Marx. A necessidade de uma afirmação positiva das forças produtivas, como elemento central do desenvolvimento capitalista, mas também negativa no sentido em que impõe uma revolução das relações de produção obriga Marx a pressupor, por exemplo, um comportamento futuro do proletariado (seu crescimento), que se não é hoje negado, deve, pelo menos, passar por rigorosa verificação. Marx indica no *Manifesto* que: “[...] As forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas *travadas*; e assim que vencem esse *obstáculo*, *desarranjam* toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se *estreitas demais* para conter a *riqueza* por elas mesmas criada” (Marx e Engels, 1996: 71-72, ênfase próprio). Em *A Miséria da Filosofia*, este caráter devastador das forças produtivas contra as relações de produção capitalistas também se verifica, diz o autor: “À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida pelos dois lados, percebida, apreciada compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. [...] *Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa*. Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, um caráter simples, mas um caráter de duplicidade; que nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria” Marx, 1947: 96, ênfase próprio; entre outros.

tiplas interpretações, Marx recorre à relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e de sua socialização para caracterizar uma contradição central entre as formas de exploração do trabalho, a lógica de sua submissão e a expansão sempre necessária do capital. Dessa forma, e amparado pela teoria do valor-trabalho, Marx projeta o fim da “lei do valor” como momento de efetivação da sociedade sem classes sociais.¹⁸ Contudo, haveria um automatismo nessa indicação de Marx? Ou seja, essa transformação seria desenvolvida mecanicamente pelas forças de produção? Ou ela dependeria de um sujeito social e da luta política contra a relação social que o limita à condição de classe explorada no capitalismo? As forças produtivas teriam, em seu conjunto, uma autonomia relativa frente às relações sociais de produção? Ou seriam a materialização dessas relações sociais?

Introdutoriamente, nos parece que essa projeção feita por Marx, que indicava o “fim da lei do valor”, não pode ser efetivada no capitalismo. Como desdobramento dessa impossibilidade, o socialismo projeta-se como cenário objetivo para que as classes sociais, ainda imersas em relações de produção de tipo capitalistas, possam ser superadas. Abrir-se-ia, com isso, a idéia de que a luta política, dentro de um quadro de forças sociais em presença, deve ser considerada, na análise do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, como elemento central e orgânico na revolução proletária.

As teses sobre o trabalho imaterial, características da perspectiva que considera o trabalho e o progresso social como atividades fundamentalmente positivas, fundamentam-se pela tentativa de apreensão da subjetividade proletária em “moldes” que dissolvem a desigualdade social na “multidão”. Na medida em que pressupõe a superação das relações de classe e de seu antagonismo indicam a inviabilidade conceitual da teoria do valor na análise dos fenômenos contemporâneos relacionados à exploração da força de trabalho dita cognitiva.

Nessa última parte de nosso trabalho apresentaremos a perspectiva de Negri da potência e do papel da subjetividade no trabalho imaterial, como também, sua crítica e a indicação de formas alternativas de leitura.

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE IMATERIAL DO TRABALHO OU A DOMINAÇÃO DE “CORAÇÕES E MENTES”

A capacidade de adquirir novas informações, novos conhecimentos técnicos facultariam ao trabalhador do imaterial o domínio estratégico de sua atividade produtiva, dado que essa atividade remonta aos

18 Sobre a questão do fim da “lei do valor” em Marx, ver meu texto Amorim, 2007c.

princípios da atividade artesanal na qual o trabalhador detinha o domínio do processo de trabalho por conta do seu conhecimento técnico produtivo. Dessa constatação Negri indica que:

[...] O trabalho imaterial –aquele que produz os bens imateriais como a informação, os saberes, as idéias, as imagens, as relações e os afetos– tende a tornar-se hegemônico. [...] O trabalho imaterial só pode ser realizado coletivamente, trocando informações, conhecimentos. [...] Toda pessoa que trabalha com a informação ou com o saber –do agricultor que desenvolve as propriedades específicas das sementes ao programador de softwares– utiliza o saber comum transmitido por outros e contribui para produzi-lo. (Negri, 2004: 44)¹⁹

Há, nesse sentido, uma tentativa de reapropriação da teoria de Marx como produção de um “ciclo” ampliado não apenas relacionado à produção fabril, mas também à formação de um coletivo de trabalhadores inter-relacionados pela produção-consumo de conhecimentos, isto é, à reconfiguração do intelecto geral (*general intellect*). Nestes termos, a indústria tradicional, como *locus* de organização da resistência política, cederia lugar à grande empresa, uma sociedade-fábrica, isto é, produção / consumo / distribuição tornar-se-iam uma única e mesma coisa que se sintetizaria na produção imaterial.²⁰

Essa abrangência produtiva e da exploração do trabalho imaterial como força produtiva central seria, dessa forma, radicalizada ao universalizar a exploração da subjetividade do trabalhador, fazendo reproduzir a *subsunção* real de sua condição social.²¹ Contudo, tanto na interpretação de Lazzarato, quanto na de Negri (Lazzarato, 1993; Negri, 2003), a apropriação do conceito de trabalho imaterial é mediada pela figura do indivíduo, ou melhor, do trabalhador isolado. Há, como conseqüência, a naturalização do que viria a ser o trabalhador pleno e consciente de suas ações. O artesão com o controle do processo de trabalho é a figura a ser resgatada do passado. O único capaz de adquirir uma consciência política de seu devir. O produtor-consumidor é, portanto, apreendido em analogia ao artesão como trabalhador

19 Ver também: Lazzarato, 1993: 111.

20 O biopoder abriria, nos termos de Negri, a indicação do fim do Estado, fim das formas de representação da política institucionalizada e clandestina e, entre linha, confirmaria o lugar das grandes corporações como síntese e expressão do modo de vida contemporâneo.

21 Como fundamenta Lazzarato: “É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação social produção/consumo. O ativamento, tanto da cooperação produtiva, quanto da relação social com o consumidor, é materializado nesse processo de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo)” (Lazzarato, 1993: 114).

pleno, e passa a ser referenciado como sujeito político em potência no contexto de uma sociedade produtora de mercadorias imateriais.

Na prática, a mudança das formas de exploração do trabalho ocasionaria a recomposição do conteúdo das qualificações necessárias às formas de produção de mercadoria. No entanto, hoje, esses conteúdos, formadores de uma subjetividade específica, dotariam determinados trabalhadores a formar uma luta política de tipo anticapitalista. Ao comprar, ao consumir uma informação, criar-se-ia um processo de resistência política. A luta política estaria, assim, posta no varejo.

A multidão (Negri, 2004), conceito central para definir a política em Negri, está relacionada, não ao coletivo de trabalhadores, mas, ao trabalhador-consumidor isolado, que a partir da adesão ao processo de especialização do trabalho, isto é, de requalificação profissional poderia contribuir para o adensamento dos laços sociais, para o fortalecimento do tecido social integrando-se a uma atividade política na *multidão*. Dessa forma, formar-se-ia o que poderíamos nomear de “corporação de indivíduos desvinculados de seu trabalho” – ou, nos termos de Negri, o que viria a ser o “biopoder” (Negri, 2004: 44).

A política, para Negri, caracteriza-se, assim, como um conjunto de ações isoladas, dispersas na “multidão”. Cada indivíduo torna-se um sujeito político no momento da produção ou do consumo da mercadoria-informação. Somente nesse momento é que o indivíduo poderia entrar em sintonia com a “sociedade globalizada”. A política formar-se-ia no mercado e a integração dos agentes políticos de todos os países dar-se-ia pela compra consciente de novos produtos. Portanto, há aqui uma negação completa do conceito de classe social e, por conseguinte, uma apologia do produtor-consumidor-cidadão como sujeito político.

Nessa nova versão do Messias, capacitada a transformar a sociedade capitalista, a relação entre a qualificação profissional e a subjetividade do trabalhador torna-se central. Com a transformação dos conhecimentos do trabalho, a formação da luta anticapitalista, pautada pela incorporação de qualificações profissionais, é tomada, portanto, como pressuposto básico de intervenção política e de transformação social. A extensão da lógica fabril à sociedade veicularia uma produção social não mais presa ao universo restrito da produção taylor-fordista, mas imersa em uma *relação social total*. O consumo de produtos informacionais, imateriais, adensaria o tecido social, permitindo a constituição de um novo projeto anticapitalista. Romper-se-iam as formas de dominação ativadas pela concorrência e, finalmente, o *poder constituinte* manifestar-se-ia como potência social (Negri, 2002a: 35-36). Com isso, não haveria mais sentido caracterizar analiticamente uma separação entre produção e circulação. Todos seriam produ-

tores, na verdade, todos teriam funções específicas e se tornar mais funcional seria o mesmo que criar as bases para uma nova sociedade. O comunismo apresentar-se-ia como objetivo social hegemônico. Reconhecer a predominância, porém, do desenvolvimento dessa manifestação seria o problema social a ser enfrentado, já que capitalistas e operários ligados à tradição taylor-fordista e a interesses concernentes a esse modelo produtivo travariam o processo de reconhecimento do comunismo como poder constituinte em ato.

A produção anunciada como imaterial estaria, dessa forma, ancorada na idéia de uma produção da subjetividade do trabalhador. É exatamente nesse sentido que Lazzarato pretende reinterpretar os *Grundrisse*, em especial a relação contraditória entre processo de trabalho e processo de valorização. Para exemplificar sua crítica Lazzarato analisa a formação dessa nova subjetividade com base na fábrica japonesa. Aponta, assim, para um deslocamento de “conteúdo” do operário especializado para o operário polivalente. Em suas palavras, “há um deslocamento de ‘conteúdo para cima’, da execução à tomada de decisão. Responsabilidade que é necessária à gestão aleatória da usina automatizada e ao melhoramento contínuo da durabilidade e da qualidade do produto” (Lazzarato, 1990: 157). Haveria uma internalização das prescrições tayloristas às máquinas automáticas, porém tornar-se-ia necessário um novo quadro profissional que fornecesse o comando a essa linha de produção. Assim, Lazzarato indica que:

A intervenção sobre os autômatos necessita de novas qualificações, mas, sobretudo, uma nova relação consigo mesma. [...] Em resumo, a atividade não é mais padronizada, dividida, comparável. Cada vez mais interior e sem aparência, ela torna-se dificilmente mensurável. Ela está fundada sobre decisões [...] mais difíceis de serem prescritas. [...] A consequência mais importante das modificações da organização do trabalho é então de devolver a subjetividade ao trabalhador. (Lazzarato, 1990: 158)

A primeira constatação que podemos inferir a essa passagem de Lazzarato é a de que a subjetividade proletária teria deixado, durante o regime de acumulação taylor-fordista, de existir e agora é *devolvida*, retomada em consonância a do artesão. A qualificação profissional de um ramo específico da produção é, assim, apresentada como universo de refundação das formas de organização da produção. Primeiro, há uma projeção segundo a qual a produção concentrar-se-ia, particularmente, nas esferas ligadas à produção de conhecimento; e, segundo, que os trabalhadores aí presentes passariam a produzir sob critérios nos quais a informação é incorporada como elemento de confecção das mercadorias. A produção do valor nas fábricas que impedia a en-

trada da informação, exteriorizar-se-ia, rompendo com a lógica de valorização do capital. Assim, a produção teria se tornado social, já que negaria um tipo de produção baseada na indústria que estabelece uma divisão radical entre concepção e execução.

Na verdade, não se trata de “devolver” a subjetividade do trabalhador, mas sim de produzi-la no sentido de aumentar o controle capitalista sobre ela. Mesmo que em sua aparência essa subjetividade seja reclamada com base nas idéias de criatividade, autonomia e participação do coletivo de trabalhadores na produção, o controle capitalista diversificou-se, podendo, com isso, intensificar o usufruto de “corações e mentes”, isto é, o capital para alargar a produtividade do trabalho desenvolveu novas formas de habituação do trabalhador em um universo de operações que não estão necessariamente vinculadas à execução de operações imediatas, mas que ainda conservam o preceito geral de separação entre concepção e execução e, por conseguinte, de controle dos coletivos de trabalho, mesmo dentro de uma nova fase de sua exploração social.

POTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO IMATERIAL

O trabalho imaterial deveria ser caracterizado, prioritariamente, como valor de uso do capital. Entretanto, esse novo tipo exploração da força de trabalho é descrito como uma atividade que estimula a formação de uma política revolucionária ou pelo menos de uma forma de adesão à “potência do comunismo”, como qualifica Negri. Tal conclusão está vinculada à suposição de que, através do contato travado com a informação necessária à execução do trabalho imaterial, existiriam componentes libertários que estimulariam a unidade política entre os indivíduos pertencentes ou em contato com essa produção. A adesão ao movimento da *potentia* seria mediada, assim, pelas formas variadas do trabalho imaterial.

No entanto, como seria possível, nos textos de Negri, identificar a presença do sujeito social se ela mesma, a teoria de Negri, nega as formas de representação vinculadas ao poder? Classe, Estado, povo, partidos, sindicatos, mas também a história e a política são expressões de uma lógica vazia para Negri. A multidão, expressão de um poder constituinte, funda-se na potência e não no poder das representações políticas ligadas ao Estado.²² Há, nesse sentido, uma ontologia da potência como movimento de liberação humana. No entanto, Negri interpreta a

22 É importante salientar que é no livro *A Anomalia Selvagem: poder e potência em Spinoza* (1993a) que pela primeira vez a expressão *multidão* é utilizada por Negri. Livro este que, juntamente com *O Poder Constituinte* (2002a) sintetizam a problemática de Negri exposta em outros livros posteriores.

potência, com base em e diferentemente de Spinoza, como *telos*, como finalidade e não como movimento, como processo. A constituição do poder da multidão não é, dessa forma, histórica, mas sim ontológica, isto é, práxis coletiva.²³ Caracteriza-se uma rejeição à idéia de “filosofia da história” própria da tradição dialética. Para ele, trata-se, contrariamente, de duas temporalidades: o tempo da ilusão, do vazio que é o tempo atual e o tempo da vida, o tempo da ontologia que é projetado no futuro, mas que está presente na prática coletiva: o tempo da ontologia seria, então, um eterno presente (Morfino, 2007). Estes tempos estão sintetizados respectivamente no poder como poder constituído (vazio presente) e na potência como poder constituinte (futuro). Isto possibilita a Negri reconhecer na multidão o desenvolvimento da potência, o movimento real que destrói o estado de coisas presentes, isto é, que elimina o poder constituído. Portanto, o desenvolvimento da potência expresso na multidão é, para Negri, a democracia absoluta, o comunismo, o poder constituinte (Morfino, 2007).

Voltemos ao nosso questionamento: como seria possível identificar um sujeito social em Negri se há, em sua análise, uma rejeição das representações relacionadas ao poder constituído? Esta possibilidade se abre no momento em que Negri reconhece no trabalho imaterial uma expressão do desenvolvimento da potência. O trabalho imaterial é fundamentado como meio de aderir ao movimento, sempre presente, do desenvolvimento da potência libertadora. No entanto, ele é definido com base nas qualificações técnicas que o trabalhador adquire no e para o processo de trabalho. Seu conhecimento, suas habilidades intelectuais, criativas, cognitivas estabelecem essa possibilidade da *adesão* à multidão.²⁴ Há, portanto, uma “ação”, uma “tomada de consciência” que se caracteriza pela mediação e em função das competências profissionais requisitadas pelos trabalhos que utilizam a informação e o conhecimento como componentes essenciais da produção de novas mercadorias.

Em outros termos, longe de elegermos um sujeito político revolucionário com base em suas qualificações profissionais, a constituição

23 Há nessa desarticulação, realizada por Negri, entre ontologia e história um afastamento profundo em relação ao materialismo, que caracteriza a ontologia como a própria história.

24 A multidão poderia ser lida, em detrimento das teses de Negri, como expressão da conjuntura. Isto é, a adesão a um determinado movimento da estrutura seria verificada nas relações ocasionais que fazem desenvolver, frear, estacionar, acelerar ou estagnar esse movimento estrutural. Haveria, nesse sentido, uma relação de reciprocidade entre aquilo que é fugidio ao conhecimento e ao poder da “vontade organizada” e aquilo que é constituído como projeto político, estabelecendo, assim, um determinado conjunto de relações de força na conjuntura.

de uma consciência revolucionária²⁵ não parece derivar apenas do posicionamento dos indivíduos no processo de trabalho e muito menos das competências profissionais exigidas nesse processo. A indicação de que a formação de uma política revolucionária (anticapitalista) tem como base o posto de trabalho e as qualificações técnicas que são requisitadas pela produção hoje reduzem a política à técnica. São, assim, limitadas as análises que caracterizam um ramo da produção –hoje imaterial– como elemento determinante seja de reconhecimento do movimento de uma lógica ahistórica caracterizada na multidão como expressão do desenvolvimento da potência, seja de um projeto político revolucionário, ou ainda, anticapitalista.

Contrariamente, entendemos que a formação de um coletivo de trabalhadores consciente do quê e de como realiza seu trabalho somente seria possível em uma sociedade desvencilhada da dominação política do capital (Estado). As considerações teóricas sobre a formação da classe política revolucionária deveriam, assim, articular a estrutura produtiva às formas de sua representação político-ideológica. Indicar a luta de classes como uma designação arbitrária que vincula a profissão, a qualificação técnica à escolha do sujeito político capaz de organizar uma política anticapitalista é expressão de um reducionismo analítico gritante.

A organização política autônoma e a ideologia revolucionária da classe operária têm a ver com a classe na conjuntura. Têm a ver com o tornar a classe operária uma “força social”, o que determina a possibilidade de ela efetuar uma transição para o socialismo, ou seja, de fazer uma revolução social. Assim, o problema que se coloca é o de como localizar os elementos políticos e ideológicos na determinação estrutural de uma classe, mesmo que esses elementos não sejam os tradicionalmente encarados como constituintes da “classe para si”. (Poulantzas, 1977: 139)

Ao afirmar a relação intrínseca entre o desenvolvimento da técnica e a formação de uma luta proletária, fundamenta-se a pressuposição de que o trabalhador (sua subjetividade) constitui-se através de sua atividade profissional. Confunde-se subjetividade com a atividade que o trabalhador exerce na divisão técnica do trabalho.²⁶ Nesse sentido, o

25 Decerto, não há aqui uma apologia das formas revolucionárias de consciência, o que seria no mínimo uma forma de restringir as subjetividades ao um projeto que se apresenta como verdadeiro em sentido absoluto. Trata-se, não obstante, de criticar a contradição expressa na relação diretamente proporcional entre conteúdo do trabalho / controle do processo de trabalho e a efetivação de uma unidade política subversiva.

26 Mostra-se, assim, a urgência em se verificar quais seriam as atuais contradições sociais que essas novas formas de trabalho e de controle do coletivo

contato com esse tipo de informação no processo de criação de mercadorias pôde ser também racionalizado à dimensão dos limites da extração de mais-valia. Portanto, e em concordância com Marx, o que deve ser aprofundado é a problematização de que:

Enquanto o meio de trabalho tiver um caráter imediato e se encontrar no estado histórico em que o capitalismo capta e o introduz no seu processo de valorização, ele apenas pode sofrer uma mudança formal. Mas isso é suficiente para que deixe de aparecer apenas com as suas propriedades físicas. (Marx, 1980: 37)

Mesmo se considerássemos a informação o subproduto do trabalho dito imaterial, ainda assim ela é constituída por tempo de trabalho explorado e não pago, o que, portanto, fundamenta e reproduz o capital como relação social hegemônica no capitalismo contemporâneo. Sua importância poderia determinar um momento particular da luta de classes que faria crescer a resistência da classe trabalhadora, pelo menos em relação a uma luta corporativa, haja vista as possibilidades do trabalhador de, ao lidar com essas informações, capacitar-se profissionalmente. Assim, a informação socializada seria uma fonte de incremento na luta corporativa, mas viria também marcada por limites que sancionam e determinam a reprodução das classes sociais e que não estabelecem a passagem automática dessa luta corporativa a uma luta revolucionária de tipo anticapitalista, isto é, de uma luta entre classes sociais com interesses explicitamente antagônicos.²⁷

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE AS MUTAÇÕES NO TRABALHO

Em resposta às teses sobre a imaterialidade do trabalho, desenvolveu-se um conjunto de argumentações sobre a atualidade das análises de Marx. Tosel, por exemplo, examinou o debate salientando que as formas de exploração do trabalhador estariam calcadas na superfluidade das classes trabalhadoras. A centralidade atual do não-trabalho seria, então, negativa, pois não permitiria a organização de relações entre

de trabalhadores manifestam.

27 Um caminho possível para desmistificação do atual debate em torno do trabalho imaterial encontra-se na análise e na pesquisa sobre a formação das classes sociais hoje. A atualização conceitual das classes sociais talvez seja o ponto decisivo para uma reformulação da teoria marxista. Caracterizar esse conceito dentro de conjunturas político-econômicas distintas sem incorrer em um empiricismo, e ainda reconhecer o caráter geral dessa conceituação sem, com isso, revelar um conjunto de determinações essencialistas, é hoje uma tarefa primordial.

atividades inseridas no tempo de trabalho e atividades inseridas no tempo livre (Tosel, 1994). Este tempo livre não permitiria qualificar qualquer possibilidade material de desenvolvimento do indivíduo social, se pensarmos nos termos de Marx (dos *Grundrisse*), pois ele seria negativamente liberado pela forma do desemprego, da precarização, do subemprego, do banco de horas, veiculando, assim, a impossibilidade efetiva do usufruto desse “tempo liberado” (Amorim, 2007; Marx, 2002; Tosel, 1994).

A superfluidade do trabalho estaria calcada na pressuposição de que a produção de mercadorias ampliou-se; ou seja, que ela não está apenas ligada à produção industrial (ao setor secundário); sua abrangência seria, com isso, prerrogativa de uma nova lógica produtiva ainda determinada pela valorização do capital. Contudo, a hipótese de Marx da supressão tendencial do trabalho vivo e do aumento do trabalho passado nunca foi tão pertinente. O emprego, em sua concepção tradicional, não poderia crescer, pois hoje a incorporação da inovação tecnológica estaria cada vez mais presente.

Diferentemente daqueles que a partir dessa constatação desvinculam a teoria do valor-trabalho da luta de classes e das análises dos conflitos sociais, é possível indicar que a centralidade do trabalho abstrato produz a não-centralidade do trabalho vivo para o conjunto de desempregados do mercado de trabalho. E, mesmo para aqueles que ainda trabalham, essa dinâmica do trabalho abstrato condiciona a desregulamentação (chamada flexibilização) das relações de trabalho, tornando esses trabalhadores empregados, muitas vezes, prestadores” autômatos de serviços (Tosel, 1994: 210).

Em última análise, “não seria o caso de situar (também) no mesmo espaço, a apropriação pelo capital das forças intelectuais” (Tosel, 1994)? Mas, como considerá-la sob a ótica de que a “missão histórica do capital é de depreciar o valor de troca da força de trabalho, aumentando, assim, a força produtiva e fazendo do desenvolvimento do indivíduo social o novo alvo imanente da produção” (Tosel, 1994: 212)? A mercadoria força de trabalho em sua forma supérflua acaba por redefinir um estágio do desenvolvimento das forças produtivas que, em seu conjunto, pode caracterizar a ruptura, mas que, contrariamente, encaminha a permanência do capital como relação social hegemônica.

Tem-se, assim, uma dialética de continuidade pela ruptura e no interior da ruptura uma *Aufhebung*, pois a força produtiva social e o indivíduo social são conservados dentro de e por um novo modo de produção fundado sobre o princípio do tempo disponível (dito também supérfluo no sentido de liberado do trabalho). (Tosel, 1994: 213-214)

Haveria, nesse sentido, uma continuidade do processo de valorização do capital e do trabalho como meio de formação dessa valorização. O trabalho na sua forma imediata dá, em parte, lugar às formas mediatas da atividade produtiva, estruturando-se uma expressão metamorfoseada do valor-trabalho. A forma valor tornar-se-ia cada vez mais a forma do valor trabalho intelectual-abstrato. As formas de intelectualização da força de trabalho poderiam, assim, ser entendidas como razão primeira da valorização do capital. Flexibilidade, rapidez de deslocamento, autotransformação permanente (ou o que poderíamos chamar de nova qualificação do trabalho) se caracterizam e se auto-valorizam com base na incorporação constante do conhecimento retido como valor de troca. A cooperação, nesse sentido, torna-se uma forma produtiva processual, ou seja, a produção capitalista manifesta-se sempre como jogo de um imenso autômato social. Mas ela agora estaria dotada de um intelecto geral que capacitaria uma luta anticapitalista? A sociabilização da informação, como elemento necessário a esta valorização, sob a tutela da valorização do capital, pode tornar possível a antagonização desse sujeito social ao explicitar este processo (Vincent, 1993)?

A produção e as relações de produção que a constituem recompõem-se hoje em comparação à produção taylor-fordista. O que foi considerado como uma relação direta em que era necessário desqualificar o coletivo da força de trabalho para explorá-lo passa a ser indireta sob um duplo sentido. O primeiro seria o da informação que passa das unidades produtivas como imperativos do quê e de como produzir; e o segundo seria o da interligação de ramos da produção à circulação que se estimulariam reciprocamente. No entanto, esta tendência deveria ser divulgada como núcleo de valorização do capital, que estaria singularmente ligado à necessária precarização do trabalho material. A dinâmica capitalista, como movimento de organização da produção em relação aos interesses do processo de valorização, passa a responder também pelo controle das capacidades cognitivas no trabalho, no sentido em que necessita de indivíduos que estejam aptos a agir e a tomar decisões – mesmo que dentro de padrões estabelecidos.

É neste contexto que deve ser recolocado o problema da medida do trabalho como momento da constituição do trabalho abstrato a partir das atividades intelectuais concretas. O gasto de força de trabalho é cada vez menos um gasto de força física e cada vez mais um gasto de capacidades intelectuais e comunicacionais. (Vincent, 1993: 124)

Não obstante, a objetivação da mercadoria-conhecimento na produção só tem sentido se considerada dentro do conjunto das relações

de troca que a encerram. Por conseguinte, fundamentam as formas de automatização do trabalho intelectual, já que ele mesmo deveria ser objetivado como valor, através do dinheiro. Entretanto, disso não decorre que o trabalho cognitivo seja a síntese dos interesses políticos que se articulam em torno de um ciclo produtivo ampliado.

A crescente “intelectualização” do trabalho, caracterizada pelo deslocamento da formação e de sua valorização, da produção estrito senso para outras áreas como a administração e o gerenciamento de fluxos de informação ou mesmo para a produção de informações e de produtos não materiais (no sentido físico do termo), não caracteriza, nem como tendência, a superação da ordem vigente e a constituição de um novo modo de vida. Nesse sentido, as teses que relacionam mecanicamente a formação do intelecto geral à produção dita imaterial estruturam o processo de conformação ideológica dos interesses integrados à produção de mercadorias que se utiliza de trabalhos de concepção e elaboração.

A síntese política-libertária ancorada em um núcleo de trabalhadores capacitado por informações aparentemente coletadas no processo de trabalho é, outra vez, determinada pela lógica da valorização do capital. A informação absorvida ainda seria formada pela unidade antagônica da relação capital / trabalho abstrato, isto é, a formação da atividade intelectual na produção de mercadorias não tangíveis ainda se efetivaria socialmente como mercadoria, como expressão de valores de troca.²⁸ Portanto, a incorporação dessa informação propiciada por esse tipo de produção não garante, como não garantiu historicamente, a formação de um sujeito revolucionário, ou mesmo, combativo à estrutura das relações de produção capitalistas.

O trabalho imaterial e sua exploração deveriam ser discutidos com base na suposição de que tais incorporações geram conflitos que

28 É importante aqui lembrarmos os primeiros parágrafos de *O Capital* (1998: 45) que indicam o capital como relação social hegemônica em seu processo de autovalorização no qual pouco importa o conteúdo das mercadorias e sim a natureza das relações que as produzem. As necessidades são produzidas com o objetivo específico e fundamental de reproduzir as formas de existência sociais no conjunto de relações sociais que compõem um tipo específico de sociedade, dita capitalista. O valor de troca, expressão fenomênica do valor é agregado na mercadoria com base na exploração do trabalho; ou melhor, no tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria. Assim, a medida do valor para Marx é o tempo de trabalho despendido na produção, é a utilização da força de trabalho na produção medida em unidades de tempo, sendo que esse valor é fruto das necessidades humanas, sejam elas originadas do *estômago ou da fantasia*. Fundamenta-se, dessa forma, uma análise social que consagra a produção de mercadorias (materiais ou não) como seu objeto científico central e o trabalho abstrato como elemento decisivo para a valorização do capital.

podem dar fundamento a uma contra-ofensiva da classe trabalhadora, já que eles mesmos são incompatíveis com as promessas de equidade contidas na ideologia do progresso técnico do trabalho e da produção. Nesse sentido, compreender os limites da incorporação da força de trabalho intelectual como mercadoria, na medida em que ela deve, necessariamente, estar articulada a uma lógica de conjunto que tende sempre a impedir a autonomização do trabalhador frente às imposições econômicas, políticas e sociais ativadas pelo capital parece ser um objeto de estudos pertinente. Entretanto, a perspectiva analítica que reduz a formação de uma política anticapitalista ao universo dos processos de trabalho deve ser duramente combatida. A descrição crítica dessa perspectiva tem aqui sua necessidade configurada. Explicitar as formas de reprodução social nas teses acerca do progresso técnico qualifica, assim, uma iniciativa sempre indispensável à análise marxista.

Entendemos que o procedimento estratégico das teorias fundadas na noção de trabalho imaterial está relacionado com a maneira como estas analisam o trabalhador (individualizado) e projetam, com base nessa análise, um tipo ideal de classe revolucionária. Por um lado, esse trabalhador representado tipicamente é relacionado diretamente ao seu posto de trabalho; suas qualificações técnicas informam as possibilidades de sua prática e consciência políticas. Há uma correspondência, portanto, entre as formas de apropriação concreta dos saberes empíricos e das potencialidades revolucionárias da classe trabalhadora, ou do sujeito lá indicado. Por outro, a liberação do trabalhador do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias é caracterizada como elemento central das contradições sociais que poderiam implodir a estrutura desta produção. O conjunto das forças produtivas é, por fim, indicado como um elemento positivo e libertador frente às amarras das relações de produção capitalistas.

Em outros termos, entendemos que o capital hoje reorganizou a exploração do trabalho aos seus interesses. Às técnicas de produção taylor-fordista foram somadas novas formas de persuasão que difundem, por exemplo, a idéia de que o trabalhador é um parceiro e, como tal, deveria incorporar o “espírito” da empresa capitalista. A “subjetividade” do trabalhador é, assim, reconfigurada e outra vez reclamada pelo capital.

O capital, portanto, parece ter aprendido a controlar as formas do trabalho cognitivo. Aprofundou sua dominação política e econômica na produção quando passou a, dentro de limites pré-estabelecidos por ele mesmo, utilizar mais adequadamente as capacidades intelectuais do trabalhador.

Portanto, a perspectiva de liberação de tempo de trabalho como tempo livre, ou seja, aquele que poderia ser controlado pelo coletivo de trabalhadores organizado, parece apenas poder se realizar em uma

sociedade de transição socialista, na qual as relações de produção capitalistas vão aos poucos sendo substituídas por relações de produção socialistas sob o domínio político de uma força social revolucionária. A dominação política precede, dessa forma, a constituição do indivíduo social, do intelecto geral nos termos de Marx. Portanto, não é possível pensar a constituição de um tempo livre, sem que toda a sociedade esteja empenhada ativamente em exercer livremente esse tempo.

O indivíduo social, pensado por Marx nos *Grundrisse*, apenas configura-se conceitualmente coerente dentro de uma perspectiva social na qual a direção política já seja controlada por um conjunto de trabalhadores associados em partido político. Esse indivíduo social representante de um intelecto geral é fruto unívoco da tomada e do controle pretéritos do Estado e das instituições burguesas por parte dos trabalhadores. As teses acerca do caráter anticapitalista da produção imaterial fundamentam, assim, um universo ideológico de conservação ampliada e sob novas bases da exploração do trabalho e, sobretudo, da luta política de afirmação dos preceitos de organização social capitalistas.

Em termos metodológicos, a lógica do capital tem, nos aspectos que são identificados usualmente como econômicos, sua síntese. Não obstante, é, para nós, impossível a apreensão dessa “esfera” isoladamente. A esfera da economia não é senão uma construção teórica sobre uma realidade que precisa ser “recortada” para ser, talvez, reconstruída. Não há, assim, o “econômico”, o “político” em sua forma pura. A síntese governada pelo capital na figura do econômico, na relação produção-circulação de mercadorias, é expressão de uma síntese de elementos variados que ganham representação econômica. Reduzir o espectro da análise dentro de uma particularização do “econômico” seria o mesmo que tomar as lutas por aumentos de salários diretos ou indiretos como uma luta apenas econômica, expressão do economismo. Portanto, analisar as representações do econômico pelo econômico como movimento geral do capital obscurece as relações sociais que fundam e reproduzem a dominação social. O *capital como relação social hegemônica* no capitalismo é muito mais do que simplesmente a matéria física das coisas, que um conteúdo formal de relações econômicas, ou de qualificações profissionais é, sobretudo, um conjunto de relações sociais específicas de exploração e dominação social, uma forma de existência que só pode ser dividida em um primeiro momento pelo conhecimento como processo metodológico para, no segundo, ser reconstruído como *práxis*. A particularização da existência observada deve, portanto, ser reconstruída em uma teoria política no sentido em que os fenômenos sociais (formas de trabalho, qualificações técnicas, formas organizativas, de reconhecimento, de renda, de

educação, etcétera, etcétera) sejam analisados como sínteses / resultados materiais fruto dos choques entre interesses sociais distintos. O trabalho imaterial, cognitivo apreendido dentro dessa perspectiva ganha, assim, um fundamento estrutural no qual as relações de classe ainda parecem compor nossas formas de existência social.

BIBLIOGRAFIA

- Althusser, Louis 1978 “Sobre o Processo de Conhecimento” em *Posições I* (Rio de Janeiro: Graal).
- ____ 1979 *A Favor de Marx* (Rio de Janeiro: Zahar).
- ____ 1993 “Sur la Pensée Marxiste” em *Futur Antérieur, Sur Althusser - Passages*, pp. 11-30.
- Amorim, Henrique 2006a “Continuidades e rupturas teóricas em André Gorz: classe social, trabalho e qualificação profissional” em Silva, Josué Pereira da e Rodrigues, Iram Jácome (orgs.) *André Gorz e seus críticos* (São Paulo: Annablume).
- ____ 2006b *Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho* (Caxias do Sul, RS: EDUCS).
- ____ 2007a “Para uma crítica ao primado das forças produtivas na análise da formação do operariado em classe” em *Revista Mediações* (UEL) Vol. 12, pp. 111-131.
- ____ 2007b “André Gorz: um homem anticapitalista” (entrevista) em *Debate Sindical*, disponível em <www.portogente.com.br/texto.php?cod=11802>.
- ____ 2007c “Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos *Grundrisse* de Karl Marx” em *Crítica Marxista*, Nº 25, pp. 9-46.

- ____ 2007d “Dialética e luta de classes: contradição e mediação no Método de Karl Marx” em *Revista Temáticas*, Nº 29, Ano 15, pp. 47-63.
- ____ 2008 “Reforma, Crise e Revolução em André Gorz” em *Crítica Marxista*, Nº 26.
- ____ 2010 “Prática Política, qualificações profissionais e trabalho imaterial hoje” em *Revista de Sociologia e Política*, Nº 33, Vol. 17.
- Antunes, Ricardo 1995 *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (Campinas: Editora da UNICAMP / Cortez).
- ____ 2000 *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Artous, Antoine 2003 *Travail et Émancipation Sociale: Marx et le travail* (Paris: Éditions Syllepse).
- Balibar, Étienne 1995 *A Filosofia de Marx* (Rio de Janeiro: Zahar).
- ____ 1974 “La fin de la politique” em *Cinq Études du Matérialisme Historique* (Paris: Maspero).
- ____ 1977 “De la periodización a los modos de producción” em Althusser, L. e Balibar, E. *Para leer El Capital* (México: Siglo Veintiuno).
- ____ 1980 “Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico” em Althusser, L. et al. *Ler o Capital* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Baran, Paul A. e Sweezy, Paul M. 1996 *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem Econômica e Social Americana* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Bell, D. 1973 *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social* (São Paulo: Cultrix).
- ____ 1980 *O Fim da Ideologia* (Brasília: UNB).
- Belluzzo, Luiz G. de Mello 1998 *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política* (Campinas: Unicamp).
- Benoit, Hector 1996 “Sobre a Crítica (Dialética) de O Capital” em *Crítica Marxista: Brasiliense*, Nº 3, pp. 15-44.
- Bettelheim, Charles 1976 *A Luta de Classes na União Soviética* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Bihl, Alain 1998 *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise* (São Paulo: Boitempo).
- ____ 1991 “Le prolétariat dans tous ses éclats” em *Le Monde Diplomatique*, 26 de maio.
- Birnbaum, P. 1975 *La Fin du Politique* (Paris: Éditions du Seuil).
- Borón, A. 2002 *Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael*

- Hardt y Antonio Negri* (Buenos Aires: Clacso).
- Bottomore, T. 1984 *Diccionario del pensamiento marxista* (Madrid: Tecnos).
- Braga, J. C. Souza 2000 *Temporalidade da Riqueza* (Campinas: Unicamp).
- Braverman, Harry 1980 *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Chesnais, François 1996 *A Mundialização do Capital* (São Paulo: Xamã).
- Chilcote, Edward e Chilcote, Ronald 1991 “A crise do marxismo: uma apreciação de novos rumos” em *Revista de Ciências Sociais*, Nº 22, p. 6.
- Cocco, Giuseppe e Lazzarato, Maurizio 1993 “Au-delà du Welfare State” em *Futur Antérieur*, Nº 15, Vol. 1, p. 69.
- Colliot-Thélène, Catherine 1995 *Max Weber e a História* (São Paulo: Brasiliense).
- Corsani, Antonella et al. 1996 *Le Bassin de Travail Immatériel (BTI) dans la Métropole Parisienne* (Paris: L'Harmattan, col. Logiques Sociales).
- _____. 2000 “Vers un renouveau de l'économie politique: anciens concepts et innovation théorique” em *Multitudes*, Nº 2, pp. 15-24.
- _____. et al. 2001 *Vers un Capitalisme Cognitif: entre mutations du travail et territoires* (Paris: L'Harmattan, Col. Logiques Sociales).
- Coutrot, Thomas 2005 “Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência européia” em *Outubro*, Nº 12, pp. 33-43 [Tradução de Henrique Amorim].
- Dangeville, Roger 1971 *Un Chapitre Inédit du Capital* (Paris: 10/18).
- Dahl, R 1970-1974 “After Revolution?” em Zeitlin M. *Corporate Ownership and Control: The Large Corporation and the Capitalist Class. American Journal of Sociology*.
- Dias, Edmundo F. 1997 “A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização” em *Textos Didáticos*, Nº 29, agosto (Campinas: IFCH / UNICAMP).
- Dussel, Enrique 1998 *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse* (México: Siglo Veintiuno).
- Durkheim, Émile 1973 *De la división del trabajo social* (Buenos Aires: Schapire).
- Engels, Friedrich 1976 *Anti-Dühring: filosofia, economia, política, socialismo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Fausto, Ruy 1989 “A pós-grande Indústria nos *Grundrisse* (e para

- além deles)” em *Lua Nova*, Nº 19, pp. 47-67.
- Friedmann, Georges e Naville, Pierre 1964 *Traité de Sociologie du Travail* (Paris: Librairie Armand Colin) Vols. I e II.
- Friedmann, Georges 1972 *O Trabalho em Migalhas* (São Paulo: Perspectiva).
- Friedman, Milton 1977 *Capitalismo e Liberdade* (São Paulo: Artenova).
- Galbraith, John Kenneth 1982 *O Novo estado Industrial* (São Paulo: Abril Cultural).
- Gorz, André 1968 *Estratégia Operária e Neocapitalismo* (Rio de Janeiro: Zahar).
- _____ 1969 *Socialismo Difícil* (Rio de Janeiro: Zahar).
- _____ 1987 *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo* (Rio de Janeiro: Forense).
- _____ 1988 *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison économique* (Paris: Galilée).
- _____ 1983 *Les Chemins du Paradis: L'Agonie du Capital* (Paris: Galilée).
- _____ 2001 “La personne devient une entreprise: note sur le travail de production de soi” em *Revue du Mauss (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail)*, Nº 18, pp. 61-66.
- _____ 2002a “Valeur et Richesse: le divorce” em *Transversales*, Nº 3, pp. 45-47.
- _____ 2002b “Par un revenu inconditionnel” em *Transversales*, Nº 3, pp. 82-85.
- _____ 2004 “Économie de la connaissance, exploitation des savoirs” em *Multitudes*, Nº 15, pp. 205-215.
- _____ 2005 *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* (São Paulo: Annablume).
- Gramsci, Antonio 1975 *Quaderni del Carcere* (Torino: Giulio Einaudi) Vol. I.
- _____ 1991 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (São Paulo: Civilização Brasileira).
- Grespan, Jorge 2002 “A dialética do Avesso” em *Crítica Marxista: Brasiliense*, Nº 14, pp. 26-47.
- Gurvitch, Georges 1961 *El concepto de clases sociales: de Marx a nuestros días* (Buenos Aires: Nueva Visión).
- Habermas, Jünger 1987 *Teoría de la acción comunicativa* (Madrid: Taurus).
- _____ 1993 “A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o

- que significa socialismo?” em Blackburn, Robin (org.) *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo* (São Paulo: Paz e Terra).
- Husson, Michel 2002 “Nouvelle Économie: Capitalisme Toujours!” em *Critique Communiste*, Nº 159/160, verão / outono, p. 2.
- Kalecki, Michal 1983 *Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista* (São Paulo: Abril Cultural).
- Keynes, John Maynard 1983 *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (São Paulo: Abril Cultural).
- Kurz, Robert 1992 *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia mundial)* (São Paulo: Paz e Terra).
- Labica, Georges 2003 “Le Retour de Karl Marx” em *Le Nouvel Observateur*, Nº hors-série, p. 10-13.
- La Grassa, Gianfranco 1975 *Valore e Formazione Sociale* (Roma: Riuniti).
- Lazzarato, Maurizio e Negri, Antonio 1991 “Travail immatériel et subjectivité” em *Futur Antérieur*, Nº 6, pp. 87-99.
- Lazzarato, Maurizio 1990 “Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent” em *Futur Antérieur*, Nº 4, pp. 156-165.
- _____ 1992 “Le Concept de Travail Immatériel: la grande entreprise” em *Futur Antérieur*, Nº 10, pp. 54-61.
- _____ 1993 “Le cycle de la Production Immatérielle” em *Futur Antérieur*, Nº 16, pp. 111-120.
- _____ 1996 “Le ‘travail’: un nouveau débat pour de veilles alternatives” em *Futur Antérieur*, Nº 35-36, p. 100.
- _____ 2002 “Garantir le revenu: une politique pour les multitudes” em *Multitudes*, Nº 08, pp. 15-22.
- _____ 2003 *Puissances de L’Invention: La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l’économie politique* (Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Le Seuil).
- Lessa, Sergio 2002 “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva” em *Crítica Marxista*, Nº 15, pp. 107-139.
- _____ 2005 *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial* (São Paulo: Xamã, Col. Labirintos do Trabalho).
- Lojkine, Jean 1992 *A Revolução Informacional* (São Paulo: Cortez).
- Löwy, Michel 1997 “Pour un marxisme critique” em Vakaloulis, Michel e Vincent Jean-Marie (orgs.) *Marx Après les Marxistes: Tomme 1: Marx à la question* (Paris: L’Harmattan).

- Magaline, A. D. 1977 *Luta de Classes e Desvalorização do Capital* (Lisboa: Moraes).
- Mallet, Serge 1969 *La Nouvelle Classe Ouvrière* (Paris: Éditions du Seuil).
- _____. 1971 *Le Pouvoir Ouvrier: Bureaucratie ou Democratie Ouvrière* (Paris: Anthropos).
- Mandel, Ernest 1968 *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx* (Rio de Janeiro: Zahar).
- _____. 1979 *Réponse à Althusser et Jean Elleinstein* (Paris: Éditions La Brèche).
- Marcuse, Herbert 1969 *A Ideologia da Sociedade Industrial* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Marglin, Stephen 1976 “Origens e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? em Gorz, A. (org.) *Divisão do Trabalho e Modo de Produção Capitalista* (Porto: Publicações Escorpião).
- Marx, Karl e Engels, Friedrich 2003 *A Sagrada Família* (São Paulo: Boitempo).
- Marx, Karl 1947 *La Misère de la Philosophie: Réponse a la philosophie de la Misere de M. Proudhon* (Paris: Editions Sociales).
- _____. 1968 *Oeuvres – Économie II* (Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade).
- _____. 1973 “[Prefácio] Contribuição Para a Crítica da Economia Política” (Lisboa: Estampa).
- _____. 1974 *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- _____. 1977 *La Guerra Civil en Francia* (México: Progreso).
- _____. 1978 “[Introdução] à Crítica da Economia Política” em *Os Pensadores* (São Paulo: Abril Cultural).
- _____. 1979 *Manuscripts de 1861-1863 (Cahiers I A V): contribution a la critique de l'économie politique* (Paris: Editions Sociales).
- _____. 1980a *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico* (São Paulo: Edições Populares).
- _____. 1980b *Teorias da Mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) Vol. I.
- _____. 1980c *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador)* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores) Vol. 1.
- _____. 1985 *A Miséria da Filosofia* (São Paulo: Global).
- _____. 1986 *Formações Econômicas Pré-capitalistas* (São Paulo: Paz e Terra).

- ____ 1996 *Manifesto do Partido Comunista* (Petrópolis: Vozes).
- ____ 1998 *O Capital* (São Paulo: Nova Cultural).
- ____ 2002 *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Borrador)* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores) Vol. 2 e 3.
- ____ S/d *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata* (São Paulo: Moraes).
- Mazzucchelli, Frederico 1985 *A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises* (São Paulo: Brasiliense).
- Méda, Dominique 1995 *Le travail: un valeur en vie de disparition* (Paris: Aubier).
- ____ 1999 *Qu'est-ce que la Richesse?* (Paris: Champs / Flammarion).
- Mészáros, István 1993 “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente” em *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação* (São Paulo: Ensaio).
- ____ 1995 “Entrevista com István Mészáros” em *Crítica Marxista*, Nº 2, Vol. 1, pp. 129-137.
- Miglioli, Jorge 1994 “Marx e o Colapso da União Soviética” em *Crítica Marxista*, Nº 1, Vol. 1, pp. 61-63.
- Mommsen, Wolfgang 1994 “Capitalismo e Socialismo. O Confronto com Karl Marx” em Gertz, R. (org.) *Max Weber e Karl Marx* (São Paulo: Hucitec).
- Morfini, Vittorio 2007 *La temporalidad plural de la multitud*. Disponível em: <www.youkali.net/youkali4a1Morfini.pdf> [20/06/2008].
- Moulier-Boutang, Yann 2000 “Richesse, propriété, liberté et revenu dans le ‘capitalisme cognitif’” em *Multitudes*, Nº 2, pp. 17-36.
- Napoleoni, Cláudio 1981 “Lição 1: Introdução. A Crítica da Economia Política” em *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx* (São Paulo: Ciências Humanas).
- Naves, Márcio 1994 “Marxismo e Capitalismo de Estado” em *Crítica Marxista*, Nº 01, Vol. 1, pp. 71-74.
- Negri, Toni e Vincent, Jean-Marie 1992 “Paradoxes autour du travail” em *Futur Antérieur*, Nº 10, pp. 5-8.
- Negri, Toni 1976 *Proletari e Stato. Per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico* (Milão: Feltrinelli).
- ____ 1979 *Marx – au-delà de Marx* (Paris: Christian Bourgois).
- ____ 1991 “Penser à l’envers” em *Futur Antérieur*, Eté, Nº 06, pp. 141-145.
- ____ 1992a “Valeur-Travail: crise e problèmes de reconstruction

- dans le post-moderne” em *Futur Antérieur*, N° 10, pp. 20-36.
- ____ 1992b “La première crise du post-fordisme” em *Futur Antérieur*, N° 16, pp. 11-15.
- ____ 1993a *A Anomalia Selvagem: poder e potência em Spinoza* (Rio de Janeiro: Editora 34).
- ____ 1993b “République constituante” em *Futur Antérieur*, N° 15, pp. 71-80.
- ____ 1996 “Marx et le travail: le chemin de la désutopie” em *Futur Antérieur*, N° 35-36, pp. 189-207.
- ____ 2002a *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade* (Rio de Janeiro: DP&A).
- ____ 2002b “O empresário político” em Urani, A. et al. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália* (Rio de Janeiro: DP&A).
- ____ 2003 “Capitalisme cognitif et fin de l’économie politique” em *Multitudes*, N°. 13, pp. 197-205.
- ____ 2004 “De l’Avenir de la Democracie” (Débat avec Olivier Mongin) em *Aternatives Internationales* (Paris) N° 18, pp. 44-47.
- Nicolas-Le-Strat, Pascal 1996/2 “Travail e constitution du sens à propos d’André Gorz” em *Futur Antérieur*, N° 35-36, p. 101-109.
- Panzieri, Raniero 1994 *Spontaneità e Organizzazione: gli anni dei “Quaderni Rossi”, 1959-1964* (Piza: BFS).
- Paulré, Bernard 2000 “De la *New economy* au capitalisme cognitif” em *Multitudes*, N° 02, pp. 25-42.
- Pereira, Duarte 2003 “Das Classes à Luta de Classes” em AA.VV. *Marxismo e Ciências Humanas* (São Paulo: Xamã).
- Petras, James 1995 *Ensaio Contra a Ordem* (São Paulo: Scrita).
- Piore, Michael e Sabel, Charles 2000 *La Segunda Ruptura Industrial* (Madrid: Alianza).
- Postone, M. 1993 *Time, Labor, and Social Domination: A reinterpretation of Marx’s critical theory* (Nova York: Cambridge University Press).
- Poulantzas, Nicos 1977 *Poder Político e Classes Sociais* (São Paulo: Martins Fontes).
- ____ 1978 *As Classes sociais no Capitalismo de Hoje* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Prado, Eleutério 2003 “Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo. Uma crítica à A. Negri e M. Hardt” em *Crítica Marxista* (São Paulo: Revan) N° 17, pp. 109-130.
- ____ 2004 “Uma crítica à economia política do imaterial” em *Outubro*, N° 11, pp. 45-70.

- Ricardo, David 1982 “Princípios de Economia Política e Tributação” em *Os Economistas* (São Paulo: Abril Cultural).
- Richta, Radovan 1972 *Economia Socialista e Revolução Tecnológica* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Rosdolsky, Roman 2001 *Gênese e Estrutura de O Capital* (Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto).
- Rossanda, Rossana 1975 *De Marx a Marx: Sartre Il Manifesto: Masas, espontaneidade, partido* (Barcelona: Anagrama).
- Rubin, Isaac 1980 *A Teoria Marxista do Valor* (São Paulo: Brasiliense).
- Sader, Emir 1986 “Idéias e Imagens” em *Quando os Novos Personagens entram em cena* (São Paulo: Brasiliense).
- Salama, Pierre 1999 *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina* (São Paulo: Boitempo).
- Schumpeter, Joseph 1961 *Imperialismo e Classes Sociais* (Rio de Janeiro: Zahar).
- _____ 1968 *Fundamentos do Pensamento Econômico* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Silva, Josué Pereira da 1995 “A crise da sociedade do trabalho em debate” em *Lua Nova*, N° 35, pp. 187-191.
- _____ 2002 *André Gorz: Trabalho e Política* (São Paulo: Annablume).
- Smith, Adam 1974 “A Riqueza das Nações” em *Os Pensadores* (São Paulo: Abril).
- Sweezy, Paul 1973 *Teoria do desenvolvimento capitalista: Princípios de economia política marxista* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Tavares, M. C. 1998 *Ciclo e Crise: o movimento recente da Industrialização Brasileira* (Campinas: Unicamp).
- Tosel, André 1993 “Quelle pensée de l’action aujourd’hui?” em *Actuel Marx, Les Théories de L’Action aujourd’hui*, N° 13, pp.16-39.
- _____ 1994 “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus” em Bidet, Jaques e Texier, Jaques (orgs.) *La Crise du Travail*, Paris: PUF, pp. 209-218.
- _____ 1996 *Études sur Marx (et Engels): vers un communisme de la finitude* (Paris: Éditions Kimé).
- Turchetto, Maria 2004 “Antonio Negri e o triste fim do ‘operarismo’ italiano” em *Crítica Marxista* (São Paulo) N° 18, pp. 84-99.
- Urani, André et al. 2002 *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália* (Rio de Janeiro: DP&A).
- Velho, O. G. et al. 1971 *Estrutura de Classes e Estratificação Social* (Rio de Janeiro: Zahar).

- Veltz, Pierre 1992 "Vers un Nouveau Modèle d'Organisation?: Déstabilisation et résistance du taylorisme" em *Futur Antérieur*, N° 10, pp. 62-80.
- _____ 2001 "La nouvelle révolution industrielle" em *Revue du Mauss* (Travailler est-il (bien) naturel: le travail après la fin du travail), N° 18, p. 67-70.
- Vincent, Jean-Marie 1987 *Critique du Travail: le faire et l'agir* (Paris: PUF, Pratiques Théoriques).
- _____ 1992 "Poïèsis, praxis et communication: sur la théorie sociale de J. Habermas" em *Futur Antérieur*, N° 11, pp. 19-28.
- _____ 1993 "Les Automatismes Sociaux et le 'général intellect'" em *Futur Antérieur*, N° 16, pp. 121-130.
- _____ 1996 "La déstabilisation du travail". *Futur Antérieur*, N° 35-36, pp. 13-31.
- _____ 1998 "Contre la valeur-travail" em *Futur Antérieur*, N° 43, pp. 5-27.
- _____ 2001 *Un Autre Marx: Après les marxismes* (Paris: Cahiers Libres / Editions Page Deux).
- Virno, Paolo 1992 "Quelques notes à propos du général intellect" em *Futur Antérieur*, N° 10, pñ. 54-53.
- Viveret, Patrick 2001 "Reconsidérer la richesse" em *Transversales* (numéro spécial en collaboration avec citoyens et un collectif d'associations), N° 70, pp. 59-62.
- _____ 2003 *Reconsidérer la Richesse* (Paris: Editions de l'Aube).
- Wacquant, Loïc 1999 *Les Prisons de la Misère* (Paris: Éditions Raisons D'Agir).
- Zarifian, Philippe 1993 "Travail Industriel, Socialisations et Liberté" em *Futur Antérieur*, N° 16, p. 75-87.